

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/MS

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010 e das orientações do órgão de controle externo contidas na Portaria TCU nº 123/2011.

GABINETE

Rua Jornalista Belizário Lima, 263
Vila Fortuna – Campo Grande – MS – CEP 79004-270
Telefone – 3325.1499 (ramal 1308)
corems.gabinete@funasa.gov.br

SUPERINTENDETE REGIONAL

Pedro Luiz Teruel

Telefone: 3383.5181 - ramal 1309 e 1313 – Fax: 3324.1406
e.mail: pedroluizteruel@gmail.com

SUBSTITUTO EVENTUAL

Gilberto Durão Aranda

Telefone: 3325.1499 – ramal 1112
e.mail: gilberto.aranda@funasa.gov.br

ASSESSORIA TÉCNICA

Aparecida Ferre Conde

telefone: 3325.1499 – ramal 1311
e-mail: aparecida.conde@funasa.gov.br

Rosa Maria Martins

Telefone: 3325.1499 – ramal 1505
e.mail: rosa.martins@funasa.gov.br

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Natalina Auxiliadora de Campos

Telefone: 3325.1499 ramal 1301
e.mail: natalina.campos@funasa.gov.br

INTERLOCUTOR DE PLANEJAMENTO

Rafael Fontes Fernandes

Telefone: 3325.1499 – ramal 1307
e.mail: rafael.fernandes@funasa.gov.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Luzimar Pereira de Melo

Telefone: 3325.1499 – ramal 1505
e.mail: rosa.martins@funasa.gov.br

CONVÊNIO

James Soares Justiniano

Telefone: 3325.1499 ramal 1504
e.mail: james.soares@funasa.gov.br

A Superintendência do Estado de Mato Grosso do Sul, unidade descentralizada, diretamente subordinada a FUNASA Presidência, procura apresentar neste relatório as estratégias de atuação para coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades das suas respectivas áreas de jurisdição no exercício de 2011.

Nesse exercício coube a esta Superintendência executar ações referentes aos planos e programas de trabalho estabelecidos no Plano Pluri Anual (2008-2011) e o Programa do Crescimento (PAC 2007/2011). Restando acompanhar os processos de natureza jurídica na área de jurisdição da Superintendência Regional; executar as atividades relativas ao desenvolvimento institucional, com qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho; e elaborar relatórios gerenciais e operacionais sobre as atividades desenvolvidas por esta Superintendência.

A elaboração deste relatório segue as orientações do Tribunal de Contas da União em sua portaria nº. 123 de 12 de maio de 2011 a qual trata do preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011, bem como, da Decisão Normativa de nº. 108 de 24 de novembro de 2011, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º. da Instrução Normativa nº. 63, de 01 de setembro de 2010.

No anexo I da DN/TCU 108 supra-citada, a Superintendência do Estado de Mato Grosso do Sul é classificada a apresentar este relatório até 31/03/2012 de forma Individual, obedecendo as disposições da IN/TCU 63/2010. Outrossim, torna-se importante observar que o Tribunal de Contas da União em sua Decisão Normativa 117 de 19 de outubro de 2011, a qual especifica a forma, prazo e conteúdos da prestação de contas, estabelece que esta Superintendência apresentará suas contas até 31/07/2012 de forma consolidada.

Ainda atendendo a DN/TCU 108, informamos que os quadros A.1.2, A.1.3, A.1.4 não se aplicam, pois a UJ irá apresentar seu relatório de gestão de forma individual; A.2.4, A.2.5, A.2.6, A.2.8, A.2.9, A.2.10 da portaria 123 não serão preenchidos por esta UJ pois não foram registrados contabilmente créditos atribuídos originalmente pela LOA, bem como créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício de 2011; A.5.9, pois na SUEST-MS, não houve terceirizados ocupando cargos ou atividade típicas de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; A.5.10, A.5.11, não houve realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado; A.6.1, A.6.2, A.6.3, pois a SUEST-MS não faz transferências mediante convenio, ficando a cargo da PRESIDENCIA; A.12.1, para a SUEST-MS não tem contrato de Tecnologia de Informação; A.14.1, A.14.2, A.14.3, A.14.4, A.14.5, A.14.6, A.14.7, A.14.8, A.14.9, A.14.10, A.14.11, não houve renúncia tributária no exercício de 2011; A.15.1, A.15.2, A.15.4, A.16.1 não se aplicou para SUEST-MS no exercício de 2011, bem como os itens 18, 19, 20 e a parte C da DN 108, não se aplicaram a SUEST-MS.

Sendo assim, elaboramos este Relatório de Gestão, que constitui uma das peças relativa à Prestação de Contas Anual dos Gestores Públicos do Poder Executivo Federal, que será submetido a deliberação do Tribunal.

Introdução	04
1.INFORMAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DA UJ	10
1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	10
Quadro A.1.1. – identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
Quadro I – qualificação da SUEST-MS	11
2.INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	12
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
Quadro II – programas e despesas realizadas na SUEST-MS	13
Quadro III – plano operacional SUEST-MS	14
Quadro IV – balanço do PAC1 – Mato Grosso do Sul	15
Quadro V – Balanço do PAC2 – Mato Grosso do Sul	15
Quadro VI – PAC1/2007	15
Quadro VII – PAC1/2008	17
Quadro VIII – PAC1/2009	21
Quadro IX – PAC1/2010	21
Quadro X – PAC2 – ação Água e Esgoto	23
Quadro XI – PAC2 – Ação Melhoria Sanitária Domiciliar	23
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	25
Quadro XII – Valores previstos no PO e disponibilizados no SPGO	25
Gráfico I – Execução Orçamentária e Financeira – 2011	26
Gráfico II – Execução de Diárias e Passagens – 2011	27
2.3.SUBAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	29
2.3.1. Identificação das subações sob responsabilidade da UJ	29
Quadro A.2.1. – demonstrativo da execução por programa de governo PROGRAMA 0122	29
Quadro A.2.1. – demonstrativo da execução por programa de governo PROGRAMA 1287	35
Quadro A.2.1. – demonstrativo da execução por programa de governo PROGRAMA 8007	36
Quadro A.2.1. – demonstrativo da execução por programa de governo PROGRAMA 0750	37
Quadro A.2.1. – demonstrativo da execução por programa de governo PROGRAMA 0016	39
2.3.2. Resumo da execução física das subações realizadas pela UJ	41
Quadro A.2.2. – execução física das ações realizadas pela UJ	41
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	44
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	44
Quadro A.2.3. – identificação das unidades orçamentárias	44
2.4.2. Programação das Despesas Correntes	44
Quadro A.2.4. – programação das despesas correntes UJ - NÃO SE APLICA A SUEST-MS	44
2.4.3. Programação das Despesas de Capital	44
Quadro A.2.5. – programação das despesas de capital UJ - NÃO SE APLICA A SUEST-MS	44
2.4.3.1. Quadro Resumo da Programação de Despesas	44
Quadro A.2.6. – quadro resumo da programação de despesas UJ - NÃO SE APLICA A SUEST-MS	44
2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	45

Quadro A.2.7. – movimentação orçamentária por grupo de despesa EXTERNA	45
Quadro A.2.7. – movimentação orçamentária por grupo de despesa INTERNA	45
2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa	45
2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	45
2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	45
Quadro A.2.8. – despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ - NÃO SE APLICA A SUEST-MS	46
2.4.4.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas	46
Quadro A.2.9. – despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ - NÃO SE APLICA A SUEST-MS	46
2.4.4.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas	46
Quadro A.2.10 – despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ - NÃO SE APLICA A SUEST-MS	46
2.4.4.2. Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por movimentação	47
2.4.4.3. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	47
Quadro A.2.11. – despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação DIÁRIAS	47
Quadro A.2.11. – despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação EXTERNA	47
Quadro A.2.11. – despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação INTERNA	47
Quadro A.2.11. – despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação INTERNA FOLHA DE PAGAMENTO	48
2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação	48
Quadro A.2.12. – despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação EXTERNA	48
Quadro A.2.12. – despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação INTERNA	48
2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação	48
Quadro A.2.13. – despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação INTERNA	48
2.4.7. Indicadores Institucionais	49
Quadro XII – indicadores da área de saneamento ambiental	49
3.INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIENCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	52
3.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIENCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	52
Quadro A.3.1. – reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos NÃO HOUVE OCORRENCIA	52
3.2. ANÁLISE CRÍTICA NÃO SE APLICA	52
4.INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DOS SALDO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53
Quadro A.4.1. – situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	53
4.2. ANÁLISE CRÍTICA	53
5.INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	54
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	54
5.1.1. Demonstração da força de trabalho a disposição da unidade jurisdicionada	54
Quadro A.5.1. – composição do quadro de recursos humanos	54

5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	54
Quadro A.5.2. – composição do quadro de recursos humanos por faixa etária	54
5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	55
Quadro A.5.3. – composição do quadro de recursos humanos por faixa etária	55
5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	55
Quadro A.5.4. – quantidade de servidores da UJ por faixa etária	55
5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	56
Quadro A.5.5 – quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	56
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	56
5.2.1. Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	56
Quadro A.5.6. – composição do quadro de servidores inativos	56
5.2.2. Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	56
Quadro A.5.7. – composição do quadro de instituidores de pensão	57
5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	57
Quadro A.5.8. – composição do quadro de estagiários	57
5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	57
Quadro A.5.9. – quadro de custos de pessoal no exercício de referencia e nos dois anteriores	57
5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	58
5.5.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividade do plano de cargos do órgão	58
Quadro A.5.9. – cargos e atividade inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	58
Quadro A.5.10. – relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados – NAO SE APLICA A SUEST-MS	58
5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	58
Quadro A.5.11 – Autorizações expedidas de concursos públicos para substituição de terceirizados NAO SE APLICA A SUEST-MS	58
5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	59
Quadro A.5.12 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	59
5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	59
Quadro A.5.13 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	59
5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	61
Quadro XVII - Indicadores de gerenciais sobre recursos humanos	61
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERENCIAS MEDIANTE CONVENIOS	62
6.1. TRANSFERENCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	62
6.1.1. Relação de Instrumentos de Transferencia Vigentes no Exercício de 2010 – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	62
Quadro A.6.1. – caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referencia	62
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferencias Celebrados e Valores Repassados nos Tres Ultimos Exercícios – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	62
Quadro A.6.2. – resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	62
6.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferencias que Vigerão no Exercício de 2011 e seguintes – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	62
Quadro A.6.3. – resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	63

6.2. INFORMAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVENIOS, TERMOS DE COORPERAÇÃO CONTRATADOS DE REPASSE	63
Quadro A.6.4. – resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convenio e de contrato de repasse	63
6.2.1. Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convenios e de Contratos de Repasse	63
Quadro A.6.5. – visão geral da análise das prestações de convênios e contratos de repasse	64
6.3. ANÁLISE CRÍTICA	64
7.DECLARAÇÃO ATESTANDO AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVENIOS	66
7.1. DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	66
8.INFORMAÇÕES SOBRE ECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	67
8.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	67
Quadro A.8.1. – demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	67
8.2. ANÁLISE CRÍTICA	67
9.INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	69
9.1. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	69
Quadro A.9.1. – estrutura de controles internos da UJ	69
10.INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	71
10.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	71
Quadro A.10.1. – gestão ambiental e licitações sustentáveis	71
11.INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO DO PATRIMONIO IMOBILIÁRIO	73
11.1. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	73
Quadro A.11.1. – distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	73
Quadro A.11.2. – distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	73
Quadro A.11.3. – discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	74
12.INFORMAÇÃO SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	75
13.INFORMAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES D EPAGAMENTO	76
13.1. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	76
Quadro A.13.1. – despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	76
Quadro A.13.2. – despesa com cartão de crédito corporativo (2009)	76
Quadro A.13.2. – despesa com cartão de crédito corporativo (2010)	76
14.INFORMAÇÕES SOBRE RENUNCIA TRIBUTÁRIA – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	77
15.INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDENCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU	78
15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO NÃO SE APLICA A SUEST-MS	78
Quadro A.15.1. – cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	78
15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	78
Quadro A.15.2. – situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	78
15.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	79
Quadro A.15.3 – relatório de cumprimento das recomendações do OCI	79
15.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	87
Quadro A.15.4 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	87
16INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO NÃO SE APLICA A SUEST-MS	89

17.INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	90
17.1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	90
18.ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	91
19.ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	91
20.COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	91
PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS – NÃO SE APLICA A SUEST-MS	91
CONCLUSÃO	92

1. INFORMAÇÃO SOBRE IDENTIFICAÇÃO DA UJ – parte A, item 1, do Anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10

Como já relatado no anexo I da DN/TCU 108, a Superintendência do Estado de Mato Grosso do Sul é classificada á apresentar o Relatório de Gestão do exercício de 2011 de forma Individual, obedecendo as disposições da IN/TCU 63/2010.

Para tanto, cabe neste item “identificação da unidade jurisdicionada” o preenchimento do quadro abaixo, que apresenta os elementos identificadores desta Unidade Jurisdicionada (UJ).

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

No quadro abaixo serão apresentadas as informações quanto aos elementos identificados da UJ.

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 304
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde – Superintendência do Estado de Mato Grosso do Sul			
Denominação abreviada: FUNASA/SUEST-MS			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211		Código SIAFI: 255012
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde, Federal, Estadual e Municipal			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(067) 3325-1499	(067) 3325-4307	(067) 3325-4308
E-mail: corems.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Jornalista Belizário Lima, 263 – Vila Fortuna – CEP: 79.004-270			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa.			
Decreto n.º 7.335, de 19 de outubro de 2010. Aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da fundação nacional de saúde - funasa, e dá outras providências.			
Decreto n.º 7.336, de 19 de outubro de 2010. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde, e dá outras providências			
Decreto n.º 7.100 de 04 de fevereiro de 2010. Fixa as denominações dos postos de trabalho, os quantitativos e as unidades de destino das Funções Comissionadas Técnicas - FCT, do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA			
Decreto 7.530, de 21 de julho de 2011. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde.			
Decreto 7.461 de 18 de maio de 2011. Da nova redação ao caput do art. 6º do Decreto n.º 7.336 de 19 de outubro de 2010, para prorrogar o prazo de efetivação da transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde para o Ministério da Saúde.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.			
Decreto n.º 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à			

alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.
 Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.
 Decreto nº 7.211 de 11 de junho de 2010. Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
 Portaria 623, de 11 de maio de 2010. Altera a Portaria nº 544 de 14.5.2008, que dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros das ações de saneamento ambiental financiadas pela Fundação Nacional de Saúde. (P.37 a 41). Anexo republicado no DOU de 19/05/2010, seção I, p. 38.
 Decreto 7.594 de 31 de outubro de 2011. Altera o Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.
 Decreto 7.535 de 26 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “AGUA PARA TODOS”.
 Decreto 7.488 de 24 de maio de 2011. Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
 Decreto 7.446 de 01 de março de 2011. Estabelece, no âmbito do poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011.
 Decreto 7.445 de 01 de março de 2011. Dispõe sobre programação orçamentário e financeira estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Não consolida outras unidades	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
225012	Superintendência Regional do Estado de Mato Grosso do Sul

Quadro I - Qualificação da SUEST-MS

QUALIFICAÇÃO DA SUPERINTENCIA ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	
Nome do Coordenador Regional exercício 2011	Flavio da Costa Britto Neto
População do Estado	2.078.001
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	63 dos 78 municípios existentes

2. INFORMAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE – Parte A, item 2, do anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/10

Neste item procuramos apresentar os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão, sobre prisma do planejamento e gestão orçamentária da unidade. Considerando o atingimento dos objetivos, metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividade, contemplando:

- a) Responsabilidade Institucional da unidade;
- b) Estratégia de atuação frente as responsabilidades institucionais;
- c) Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;
- d) Desempenho Orçamentário/Financeiro.

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

No dia 27 de abril do exercício de 2011 foi publicada no Diário Oficial da União a nomeação do novo presidente da FUNASA, aos 55 anos, Queiroz Filho é especialista em engenharia sanitária, já foi diretor de Obras da Superintendencia de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), de Belo Horizonte, da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Engenheiros de Belo Horizonte e Região Metropolitana (Engecred) e do Instituto de engenharia Civil (Imec), na década de 90. Desde 2006, Queiroz presidia o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais.

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) compreende uma instituição do Governo Federal, vinculada ao Ministério da Saúde, com responsabilidade em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças que são ocasionadas pela falta ou inadequada condição de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas. Com a Publicação do Decreto nº. 7.335 de 19 de outubro de 2010 a FUNASA recebeu novas competências com a criação do Departamento de Saúde Ambiental – DESAM, esse Departamento programa ações de saúde ambiental, incluindo o Controle de Qualidade da Água para consumo Humano e a identificação dos fatores ambientais que determinam risco para a saúde humana, responsabilizando-se por formular e implementar ações de promoção e proteção a saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental

A FUNASA presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental. Procurando intervir na infra-estrutura dos municípios até 50 mil habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis.

Na área de Engenharia de Saúde Pública, a FUNASA detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais. São desenvolvidas ações para a prevenção de doenças e controle de agravos como a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares, bem como, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos.

Na área da Saúde Ambiental, compete a formulação e implementação de ações que promovam a proteção, em consonância com a política do subsistema nacional de vigilância em saúde ambiental, ações como controle da qualidade da água para consumo humano é feito através do apoio técnico e financeiro, observando critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

No exercício de 2011 foi dada ênfase no apoio as iniciativas dos comitês municipais e estaduais de controle da Dengue, nas ações de mobilização social, informação e comunicação em saúde, envolvendo todos os segmentos sociais, inclusive quanto aos cuidados de eliminação de potenciais criadouros do mosquito *Aedes aegypti* nas dependências de suas unidades e nos bairros de risco de transmissão da doença, como forma de reforçar as ações de controle da Dengue.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da FUNASA, para o Ministério da Saúde. Coube a FUNASA, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorresse prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

No âmbito da Superintendência do Estado de Mato Grosso do Sul que é unidade descentralizada, com competência regimental de coordenar, supervisionar e desenvolver atividades da Funasa na sua respectiva área de jurisdição, em especial: I - executar o planejamento de ações, planos e programas de trabalho; II - promover, supervisionar e apoiar as ações relativas a: a) engenharia de saúde pública e b) saúde ambiental; III - acompanhar os processos de natureza jurídica na área de jurisdição da Superintendência Regional; IV - executar as atividades relativas ao desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho; e V - elaborar relatórios gerenciais e operacionais sobre as atividades desenvolvidas.

No exercício de 2011 houve repasse orçamentário a SUEST/MS, nos Programas de Governo a seguir: 0016 Gestão da Política de Saúde, 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União, 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto, 0750 – Apoio Administrativo, 1287 – Saneamento Rural, com despesas realizadas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos no montante de R\$ 7.598.161,91, valores discriminados no quadro abaixo:

Quadro II – Programas e Despesas Realizadas na SUEST-MS

Programa		Grupo de Despesa	Despesas Realizadas
0016	Gestão da Política de Saúde	Outras despesas correntes	56.712,75
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Pessoal e encargos sociais	11.361,42
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	Outras despesas correntes	116.396,13
		Investimentos	272.000,00
0750	Apoio Administrativo	Outras despesas correntes	4.958.879,14
		Investimentos	47.350,48
		Pessoal e encargos sociais	5.692,25
1287	Saneamento Rural	Outras despesas correntes	536.188,30
		Investimentos	1.593.581,44
Total			7.598.161,91

Fonte: Siafi Gerencial

Para subsidiar a gestão física e orçamentária dos programas geridos pela SUEST/MS, foi elaborado em 2011 o Plano Operacional que tem como base o Plano Operacional da FUNASA Presidência e congrega os Programas e Ações constantes do Plano Pluri anual 2008-2011, sendo elencadas subações e metas aprovadas pelo Gabinete. A nomenclatura e códigos usados no Plano Operacional da SUEST/MS guardam relação com o PPA, e com subações que são o desdobramento das ações no âmbito do Ministério da Saúde.

Desta forma, foram definidas os seguintes programas, ações e subações para elaboração do Plano Operacional da SUEST/MS:

Quadro III – plano operacional SUEST-MS

Programa		Ação		Subação
0750	Apoio Administrativo	20CW	Assistencia Médica aos Servidores e Empregados Públicos (exames periódicos)	-----
		2000	Administração da Unidade	Implantação do programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO) Melhoria do ambiente de trabalho – laudo de avaliação ambiental
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	6908	Fomento a educação em Saúde Voltada para Saneamento ambiental	-----
		20AF	Apoio ao controle de qualidade de água para o consumo humano	-----
		7652	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos	-----
		10GD	Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)	Construção de poços tubulares para abastecimento de água
		10GD	Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)	-----
		10AG	Apoio a gestão dos sistemas de saneamento básico em município de até 50.000	-----
		2272	Gestão e administração do programa	PAC2
1287	Saneamento Rural	7656	Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais (quilombolas, assentamentos e reservas extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos	-----
		7684	Saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos	-----
8007	Resíduos sólidos	10GG	Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)	-----
0016	Gestão política de saúde	4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	-----

Fonte: Plano operacional 2011

A SUEST/MS, voltou seu foco nas nossas ações para a execução das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – principalmente obras de implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitários, resíduos sólidos e de melhorias sanitárias domiciliares, que irão beneficiar e proporcionar melhoria na qualidade de vida de habitantes em toda a região do estado.

Como um balanço geral do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, o qual a Superintendência de Mato Grosso do Sul supervisionou durante o exercício de 2011, estão sob nossa jurisdição 187 Termos de Compromisso compreendendo 219 obras do PAC distribuídos conforme quadros abaixo:

Quadro IV – Balanço do PAC1 – Mato Grosso do Sul

TC/PAC 1 – 2007 a 2010		
Ação	Total de Projetos	Total de Obras
Água – TC/PAC 817 com 31 obras	105	135
Esgoto	27	27
Melhoria Sanitária Domiciliar	27	27
Programa de Qualidade da Água	1	1
TOTAL	160	190

Fonte: DIESP/SUEST-MS

Quadro V – Balanço do PAC2 – Mato Grosso do Sul

TC/PAC 2 – 2011		
Ação	Total de Projetos	Total de Obras
Água	2	2
Esgoto	16	16
Melhoria Sanitária Domiciliar	9	9
TOTAL	27	27

Fonte: DIESP/SUEST-MS

Nos quadros abaixo, serão desmembrados por ano os Termos de Compromisso firmados pela FUNASA no Estado de Mato Grosso do Sul, discriminando o Proponente, Município, Ação, Obra, Localidade e Valor.

Quadro VI – PAC1/2007

TC/PAC	PROP.	MUNICÍPIO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA OBRA	LOCAL.	VALOR
531/07	prefeitura municipal	sonora	MSD	módulo sanitário tipo 3 67 unid.	fam. bispo	257.731,97
530/07	prefeitura municipal	sonora	SAA	serviços gerais 01 unid; captação e reservação 01 unid; rede de distribuição 3300 m; ligações domiciliares 220 unid;serviços complementares 01 unid; transporte 01 unid.	fam. bispo	262.500,00
526/07	prefeitura municipal	aquidauana	SAA	serviços preliminares 01 unid;captação 111 m; adutora 30 m; casa de bomba e tratamento 8m2;reservatório metálico 01 unid; rede de distribuição 4716 m; ligação domiciliar 22 unid.	furnas dos baianos	378.982,33
527/07	prefeitura municipal	dourados	SAA	serviços preliminares 01 unid; captação 01 unid; adutora 01 m; estação de tratamento de água 01 unid; reservatório 01 unid; rede de distribuição 2041 m; ligações domiciliares 15 unid; cerca de proteção 01 unid; rede de energia elétrica 01 unid.	picadinha	171.938,06
528/07	prefeitura municipal	jaraguari	SAA	serviços preliminares;abrigo cloração com 8 m2 em alvenaria;automação do sistema;captação;reservatório;rede de distribuição;ligações domiciliares;urabnização e serviços diversos.	furnas do dionísio	382.139,00
529/07	prefeitura municipal	maracajú	SAA	serviços preliminares 01 unid; captação 01 unid; adutora 352 m;reservatório 01 unid; rede de distribuição 92 m; ligações domiciliares 03 unid; automação 01 unid; tratamento 01 unid.	fam. são miguel	188.946,60
817	governo do estado	ponta porã	SAA	reservação (urbanização), cloração (abrigo padrão), rede (1092,00m de rede), ligação domiciliar (62 ligações)	cabeceira do apa	95.360,90
		vicentina	SAA	captação (serviços), reservação (serviços técnicos), tratamento (abrigo de cloração), banheiro	vila rica	44.047,73
		vicentina	SAA	reservação (serviços), area de reservação	vila são josé	23.026,50
		caarapó	SAA	captação (perfuração de poço d=4"), adução (518,00m de rede), reservação (reservatório 100m3), estação alevatória, abrigo de cloração, melhoria de escritório	nova américa	340.359,85
		caarapó	SAA	reservação (serviços técnicos), abrigo de cloração	vila capilé	21.244,08
		caarapó	SAA	captação (melhoria na área do poço), reservação (melhorias nos reservatórios de 150 e 50m3 (construção deste último)), estação elevatória de água, abrigo de cloração, rede (1672,00m), micromedidores	vila cristalina	393.727,52

			(78 unidades de hidrometro domiciliar)		
caarapó	SAA	rede (815,00m) e ligações domiciliares (20 unidades)	vila santa marta	24.688,68	
deodápolis	SAA	adução, reservação (instalação de reservatório metálico elevado tipo taça de 50 m3), estação elevatória, rede (944,13 m), ligações domiciliares (30 unidades), micromedidor (30 hidrômetros)	lagoa bonita	147.255,38	
deodápolis	SAA	captação (serviços de pavimentação), reservação (serviços técnicos), tratamento (abrigo padrão de cloração)	porto vilma	68.451,47	
deodápolis	SAA	captação (serviços de manutenção), reservação (serviços técnicos - manutenção do reservatório de 40m3), tratamento (abrigo padrão de cloração)	presidente castelo	70.465,78	
deodápolis	SAA	captação (serviços de manutenção), reservação (serviços de manutenção e instalação de reservatório metálico elevado tipo taça de 50 m3)	vila união	86.293,56	
douradina	SAA	captação (serviços de manutenção), rede (769,69 m), ligações domiciliares (1 unidade), micromedidores (1 hidrômetro)	bocajá	53.798,43	
dourados	SAA	captação e reservação (serviços de manutenção)	indápolis	32.793,37	
dourados	SAA	captação (perfuração de poço d=4"), adução (2 x 780 m), reservação (instalação de reservatório metálico elevado tipo taça de 50 m3), estação elevatória	itahum	302.950,44	
dourados	SAA	abrigo padrão de cloração, ligações domiciliares (39 unidades)	panambi	39.028,65	
dourados	SAA	captação (serviços de manutenção), reservação (instalação de reservatório metálico elevado tipo taça de 20 m3), rede (3606 m), ligação domiciliar (61 unidades)	picadinha	162.883,39	
dourados	SAA	captação (serviços de manutenção), tratamento (abrigo padrão de cloração - serviços de manutenção)	vila formosa	38.608,22	
dourados	SAA	captação (serviços de manutenção), reservação, tratamento (abrigo padrão de cloração - serviços de manutenção)	macaúba	19.305,30	
dourados	SAA	tratamento (abrigo padrão de cloração - serviços de manutenção), reservação, ligação domiciliar (113 unidades)	são pedro	85.526,27	
dourados	SAA	captação (serviços de manutenção), reservação (serviços de manutenção), ligação domiciliar (12 unidades)	vila vargas	30.495,27	
dourados	SAA	estação elevatória (construção), rede (9431,84 m), ligação domiciliar (208 unidades), micromedidor (208unidades)	itióca campina verde	419.987,55	
fátima do sul	SAA	captação (serviços de manutenção), reservação (serviços de manutenção), tratamento (serviços de manutenção)	novo planalto	30.835,70	
itaporã	SAA	captação (perfuração de poço d=2"), reservação (instalação de reservatório metálico de 20 m3), rede (2.280,00 m), ligação domiciliar (80 unidades)	carumbé	209.646,76	
itaporã	SAA	reservação (instalação de reservatório metálico elevado tipo taça de 50 m3 e melhoria de reservatório apoiado de 120m3), abrigo padão de cloração (construção do abrigo)	montese	112.117,33	
itaporã	SAA	reservação (melhoria de reservatório metálico elevado de 50 m3), abrigo padão de cloração (serviço de manutenção)	piraporã	42.640,80	
jateí	SAA	abrigo padão de cloração (construção do abrigo)	nova esperança	28.679,06	
rio brilhante	SAA	captação (serviços de instalação elétrica e hidráulica), reservação (reservatório apoiado de concreto armado de 150m3 e instalação de reservatório metálico elevado tipo taça de 50 m3), estação elevatória, abrigo padrão de cloração (construção do abrigo), rede (2411,15m), ligações (10 unidades)	prudêncio thomáz	397.330,58	
bataiporã	SAA	rede (15.799,00 m), ligação domiciliar (117 unidades), reservação (instalação de reservatório metálico tipo taça, capacidade 50m3), adutora, (20m), captação (ligação poço x reservatório x rede em 4")	são luiz	527.650,60	
rio brilhante	SAA	reservação (instalação de reservatório metálico tipo	silvio rodrigues	114.211,85	

				taça com capacidade de 40m3), adutora (590 m), captação (perfuração de poço d=4")		
		rio brilhante	SAA	rede (8600,00 m), ligação (52 unidades), reservação (instalação de reservatório metálico tipo taça capacidade 20m3), adutora (20m), captação (perfuração de poço d=4")	triangulo	308.462,55
		dourados	SAA	reservação (instalação de 2 reservatórios metálicos tipo taça, capacidade 50m3 e 30 m3), adutora (40m), captação	lagoa grande	172.126,43
TOTAL						6.086.237,96

Fonte: DIESP/SUEST-MS

Quadro VII – PAC1/2008

TC/PAC	PROP.	MUNICÍPIO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA OBRA	LOCAL.	VALOR
2024/08	gov governo do estado	dois irmãos do buriti	MSD	módulo sanitário tipo 3- unid. 20	aldeia água azul	116.666,60
766/08	prefeitura municipal	tacuru	MSD	módulo sanitario tipo 03:114 unid; placa de obras 02 unid.	aldeias (sassoró e jaguapire)	413.000,00
761/08	prefeitura municipal	porto murinho	MSD	módulo sanitário tipo 03:54 unid; módulo sanitário tipo 05: 85 unid.	área urbana, aldeia	525.600,00
765/08	prefeitura municipal	ribas do rio pardo	MSD	módulo sanitário tipo 03 : 118 unid.	área urbana	413.000,00
736/08	prefeitura municipal	ladário	MSD	módulo sanitário tipo 03: 135 unid.	área urbana	519.161,30
739/08	prefeitura municipal	japorã	MSD	módulo sanitário tipo 03: 55 unid.	área urbana	208.000,00
740/08	prefeitura municipal	paranhos	MSD	módulo sanitário tipo i - unid. 124	área urbana e aldeias	447.423,00
738/08	prefeitura municipal	douradina	MSD	módulo sanitário tipo 03: 54 unid.	área urbana, aldeia e distrito	213.500,00
762/08	prefeitura municipal	iguatemi	MSD	módulo sanitário tipo 03; 160 unid.	área urbana	576.000,00
744/08	prefeitura municipal	figueirão	MSD	módulo sanitário tipo 03: 55 unid.	quilombolas, área urbana, área rural, distrito	206.536,55
760/08	prefeitura municipal	coronel sapucaia	MSD	módulo sanitário tipo 03: 244 unid.	área urbana	896.124,68
764/08	prefeitura municipal	bela vista	MSD	módulo sanitário tipo 3: 230 unid.	área urbana	950.360,00
737/08	prefeitura municipal	corquinho	MSD	módulo sanitário tipo 01 : 57 unid.		210.532,35
763/08	prefeitura municipal	amambai	MSD	módulo sanitário tipo 2:140 unid.	área urbana	525.000,00
1949/08	gov governo do estado	amambai	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (14.000m); ligações domiciliares (100 lig.); captação; caixas d' água (55 unid.); urbanização.	aldeia amambai	464.444,40
1950/08	gov governo do estado	amambai	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (3.950 m); ligações domiciliares (20 lig.); captação; caixas d' água (39 unid.); urbanização.	aldeia limão verde	200.000,00
1953/08	gov governo do estado	antônio joão	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.000 m); ligações domiciliares (10 lig.); captação; urbanização; reservatório; caixas d'água (50 unid.).	aldeia campestre	333.333,33
1954/08	gov governo do estado	antônio joão	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.800 m); ligações domiciliares (10 lig.); captação; urbanização; reservação.	aldeia cerro marangatu	202.222,22
1956/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (2.646 m); ligações domiciliares (15 lig.); captação; reservatório metálico; urbanização.	aldeia água branca	122.361,11
1957/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (3.120 m); ligações domiciliares (40 lig.); captação; reservatório metálico; urbanização.	aldeia colônia nova	111.388,89
1958/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (540 m); ligações domiciliares (15 lig.); captação e adução (504 m); urbanização.	aldeia bananal	122.222,22
1959/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (2.100 m); ligações domiciliares (18 lig.); captação e adução; cloração; captação; reservatório.	aldeia correjo seco	135.278,39
1961/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (4.704m); ligações domiciliares (5 lig.); captação e adução (1.008m); cloração; caixas d' água (27 unid.).	aldeia imbirussu	266.666,67
1962/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.542m); ligações domiciliares (15 lig.); captação.	aldeia ypegue	155.833,33
1963/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.410m); ligações domiciliares (19 lig.); captação e adução de 1.008m;	aldeia lagoinha	183.333,33

				urbanização; captação.		
1965/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (2.520m); ligações domiciliares (08 lig.); captação e rede adutora; urbanização; reservação.	aldeia limão verde	133.888,89
1967/08	gov governo do estado	caarapó	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (8.576m); ligações domiciliares (69 macromedidores de vazão); tratamento de água (2 unid.); urbanização da área do reservatório elevado; macromedição; reservação (200 m³).	aldeia caarapó	555.555,56
1968/08	gov governo do estado	dois irmãos do buriti	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.500m); ligações domiciliares (08 lig.); captação e adução; urbanização; reservação.	aldeia barreirinho	167.083,33
1969/08	gov governo do estado	dois irmãos do buriti	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (360m); ligações domiciliares (03 lig.); melhorias captação pt 01; captação – reforço para água azul.	aldeia buriti	80.555,56
1970/08	gov governo do estado	caarapó	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (2.139m); ligações domiciliares; tratamento; urbanização; reservação (10 m³).	aldeia guira roka	181.111,11
1971/08	gov governo do estado	dois irmãos do buriti	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.572m); ligações domiciliares (20 lig.); captação; urbanização.	aldeia olho d'água	68.333,33
1972/08	gov governo do estado	caarapó	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (3.016,40m); macromedição; reservação (50 m³); ligações domiciliares (12 lig.).	aldeia taquara	183.611,11
1973/08	gov governo do estado	dois irmãos do buriti	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (978m); ligações domiciliares (08 lig.); captação; urbanização.	aldeia oliveira	55.972,22
1975/08	gov governo do estado	dois irmãos do buriti	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (750m); ligações domiciliares (10 lig.); captação; urbanização.	aldeia recanto	56.388,89
1977/08	gov governo do estado	porto murtinho	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (2.664,0m); ligações domiciliares; urbanização.	aldeia alves de Barros	148.500,00
1978/08	gov governo do estado	douradina	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (774m); captação (macromedidor de $\phi=2''$); reservatório metálico tipo taça (50m³).	aldeia panambi	80.555,56
1980/08	gov governo do estado	porto murtinho	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.140m); captação; urbanização.	aldeia campina	50.416,67
1982/08	gov governo do estado	porto murtinho	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.590m); ligações domiciliares (15lig.); captação; urbanização.	aldeia barro preto	50.416,67
1983/08	gov governo do estado	dourados	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (5.000m); ligações domiciliares (250 lig.); captação; urbanização	aldeia bororo	506.111,11
1985/08	gov governo do estado	dourados	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (4.330m); ligações domiciliares (200 lig.); captação (1.000m de rede adutora); urbanização.	aldeia jaguapiru	509.583,33
1986/08	gov governo do estado	eldorado	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (4.369,32m); macromedição; reservação; ligações domiciliares (18 lig); tratamento de água; urbanização.	aldeia cerrito	268.611,11
1987/08	gov governo do estado	porto murtinho	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.002m); captação e adutora; urbanização.	aldeia correço d'ouro	44.444,44
1988/08	gov governo do estado	japorã	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (309,05m); ligações domiciliares (12 lig.); casa de bomba e de química (8,0m²).	aldeia yvi katu	25.833,33
1989/08	gov governo do estado	japorã	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (5.839m); macromedição; reservação; ligações domiciliares (18 lig.); tratamento de água; urbanização.	aldeia porto lindo	236.888,89
1990/08	gov governo do estado	porto murtinho	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.956m); captação pt 01; urbanização.	aldeia são joão	44.444,44
1991/08	gov governo do estado	juti	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (1.356,00m); macromedição; reservação; ligações domiciliares (18 lig.); tratamento de água.	aldeia jarará	64.222,22
1992/08	gov governo do estado	maracajú	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (1.933,00m); macromedição; reservação.	aldeia sucuri	79.444,44
1993/08	gov governo do estado	porto murtinho	SAA	serviços preliminares; rede adutora (480m).	aldeia tomásia	81.805,56
1995/08	gov governo do estado	miranda	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (552,00m); ligações domiciliares (07 lig.); captação e sistema de cloração; tubo edutor (90,0m); urbanização.	aldeia argola	68.333,33
1996/08	gov governo do estado	miranda	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (630,00m); ligações domiciliares (06 lig.); captação e sistema de cloração; tubo edutor (90,0m); urbanização.	aldeia babaçu	69.166,67
1998/08	gov governo do estado	miranda	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (3.192,0m); ligações domiciliares (30 lig.); captação; serviços diversos; urbanização.	aldeia cachoeirinha	88.111,11
1999/08	gov governo do estado	paranhos	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (870m); reservação; urbanização.	aldeia paraguassu	160.555,56
2000/08	gov governo do estado	paranhos	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (5.278,0m); ligações domiciliares (38 lig.); captação/reservação; urbanização.	aldeia potrero guaçu	111.111,11
2001/08	gov governo do estado	miranda	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (1.764,0m); ligações domiciliares (05 lig.); captação; sistema	aldeia lalima	84.166,67

				de cloração; urbanização.		
2003/08	gov governo do estado	paranhos	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (5.400m); ligações domiciliares (70 lig.); reservatório apoiado, captação e adução, elevatória; urbanização.	aldeia pirajuf	288.333,33
2004/08	gov governo do estado	miranda	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (858,0m); ligações domiciliares (07 lig.); captação e sistema de cloração; tubo edutor; urbanização.	aldeia moreira	81.944,44
2005/08	gov governo do estado	paranhos	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (2.228m); ligações domiciliares (70 lig.); captação e adutora; urbanização.	aldeia sete cerros	46.944,44
2007/08	gov governo do estado	ponta porã	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.410m); ligações domiciliares (27 lig.); captação e adutora; urbanização.	aldeia kokuei	56.388,89
2008/08	gov governo do estado	niaoque	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (2.298m); ligações domiciliares (15 lig.); captação; reservação; urbanização.	aldeia água branca	137.777,78
2009/08	gov governo do estado	niaoque	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (1.602,0m); ligações domiciliares (10 lig.); captação; reservação; urbanização.	aldeia brejão	126.666,67
2012/08	gov governo do estado	sete quedas	SAA	serviços preliminares; reservação; captação poço e adutora; rede de distribuição de água (1.097,26m); urbanização	aldeia sombrerito	206.666,67
2013/08	gov governo do estado	niaoque	SAA	serviços preliminares; captação; rede adutora de água (792m); ligações domiciliares (10 lig.); urbanização.	aldeia taboquinha	57.222,22
2014/08	gov governo do estado	sidrolândia	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.206m); ligações domiciliares (06 lig.); caixas d'água (18 und.); captação.	aldeia correjo do meio	130.000,00
2016/08	gov governo do estado	miranda	SAA	serviços preliminares, rede de distribuição de água (3.000,0m); ligações domiciliares (20 lig.); captação; urbanização.	aldeia passarinho	82.500,00
2017/08	gov governo do estado	sidrolândia	SAA	serviços preliminares; captação e adução pt 01; urbanização; tubo edutor do poço (115,0m).	aldeia lagoinha	75.277,78
2020/08	gov governo do estado	sidrolândia	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.848m); ligações domiciliares (40 lig); captação e reservação; urbanização.	aldeia tereré	126.250,00
2022/08	gov governo do estado	tacuru	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (7.097m); ligações domiciliares (70 lig); captação e adutora; urbanização; reservação (30 m³).	aldeia sassoró	304.166,67
2028/08	gov governo do estado	paranhos	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (4.416m); ligações domiciliares (10 lig.); captação; reservação; urbanização.	aldeia arroio cora	195.833,33
2031/08	gov governo do estado	aquidauana	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.002m); ligações domiciliares (10 lig.); captação; ; caixas d'água (30 und.).	aldeia morrinhos	100.833,33
2033/08	gov governo do estado	aral moreira	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (728m); reservatório elevado (tipo taça, capacidade de 20m³).	aldeia guassuti 01/guassuty 02	66.666,67
2034/08	gov governo do estado	bela vista	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (1.146m); ligações domiciliares (19 lig.); captação; reservação pt 01 (reservatório metálico tipo taça com capacidade de 20m³); urbanização.	aldeia pirakua	101.666,67
2035/08	gov governo do estado	coronel sapucaia	SAA	serviços preliminares; rede de distribuição de água (2.013m); ligação domiciliar (42 lig.); tratamento; urbanização; captação (2 und.); recalque.	aldeia taquaperi	166.666,67
741/08	gov governo do estado	amambai	SAA	canteiro de obras 01 und; reservatório elevado 01 und; tratamento 01 und; captação 250 m; adutora pvc 1876 m reservatório 01 und.		1.777.777,78
759/08	gov governo do estado	antônio joão	SAA	canteiro de obras 01 und; captação 01 und; adutora 2182 m; reservação 01 und; abrigo cloração 01 und; rede de distribuição 1920 m.	área urbana	611.111,11
753/08	gov governo do estado	aral moreira	SAA	serviços preliminares 01 und; captação 01 und; adutora 2326 m; reservatório 01 und; abrigo padrão de cloração 01 und.	área urbana	388.888,89
1728/08	gov governo do estado	bela vista	SAA	serviços preliminares 01 und; substituição rede de distribuição de água 2050 m; implantação de rede de distribuição de água 22370 m; ligações domiciliares 286 und; serviços de instalação de micromedidores de vazão 3/4 911 und; instalação de 4 reservatórios metálicos 4 verba; construção de um poço tubular profundo 180 m; construção e implementação de profundo 150 m; construção e implementação da unidade de tratamento altivo da rosa 8 m2; construção e implementação da unidade de tratamento 8 m2; construção e implementação de poço tubular bela vista 150 m; estação de tratamento de água 01 verba; instalação de grupo gerador para atender estação de tratamento de água 07 und; instalação de macromedidores eletromagnético de vazão 03 peça; instalação de quadro de comandos e moto bombas para equipamentos 03 verba; instalação de 04 reservatório elevados 04 peça; instalação de bombas	área urbana	1.666.666,67

				dosadoras eletromagnéticas para hipoclorito 03 peça; implantação de micromedidores de vazão , 3/4 : 911 unid.		
1730/08	gov governo do estado	coronel sapucaia	SAA	captação - eab (instalação de produção: dois conjuntos moto-bomba); tratamento -ampliação da eta (floculação, decantação e câmara de contato); armazenagem de sulfato de alumínio; reforma na casa química existente; estação elevatória de água tratada; drenagem (206m); e reservatório apoiado de concreto armado (700m3).	área urbana	1.944.444,44
755/08	gov governo do estado	tacuru	SAA	canteiro de obras 01 unid; captação 01 unid; adução 27 m; reservação 150m3;tratamento de água 01 unid; rede de distribuição 3873 m.	área urbana	444.444,44
757/08	gov governo do estado	ribas do rio parde	SAA	canteiro de obras 01 unid; captação 01 unid; adução 604 m; reservação 01 unid; rede de distribuição 2105 m.		833.333,33
758/08	gov governo do estado	corguinho	SAA	serviços preliminares 01 unid; reservação 01 unid; estação elevatória 01 unid; laboratório físico químico 92 m2; rede de distribuição 602 m; aquisição e instalação de micromedidores 358 unid.		388.888,89
756/08	gov governo do estado	porto murtinho	SAA	canteiro de obras 01 unid; reservação 01 unid; rede de distribuição 4721 m; ligações domiciliares 400 unid.	área urbana	555.555,56
1731/08	gov governo do estado	douradina	SAA	canteiro de obras 01 unid; captação 01 unid; adução 690 m; reservação 01 unid; estação elevatória de água 01 unid; abrigo de cloração 01 unid; rede de distribuição 3923 m; ligações domiciliares 26 unid.	área urbana	388.888,89
1606/08	gov governo do estado	figueirão	SAA	canteiro de obras 01 unid; captação 01 unid; adutora 652 m; reservação 01 unid; estação elevatória01 unid. ; abrigo de cloração modelo b 01 unid; rede de distribuição 2307 m; ligações domiciliares 09 unid; micromedição 01 unid.	área urbana	555.555,56
1734/08	gov governo do estado	iguatemi	SAA	serviços preliminares 01 unid; captação 01 unid; adutora;tratamento 01 unid; e.e. água tratada 01 m		722.222,22
751/08	gov governo do estado	japorã	SAA	canteiro de obras 01 unid; captação 01 unid; adutora 946 m; reservação 150m3 01 unid	área urbana	388.888,89
748/08	gov governo do estado	jatei	SAA	canteiro de obras 01 unid; adução 18 m; estação de tratamento de água 01 unid; estação elevatória 01 unid; rede de distribuição 2529 m; ligações domiciliares 130 unid.	área urbana	388.888,89
749/08	gov governo do estado	juti	SAA	serviços preliminares 01 unid; captação 01 unid; adutora 4559 m; reservatório 150 m3	área urbana	555.555,56
1736/08	gov governo do estado	ladário	SAA	serviços preliminares 01 unid; ampliação da estação de tratamento de água 01 unid; filtros 01 unid; decantadores 01 unid.	área urbana	944.444,44
746/08	gov governo do estado	laguna carapã	SAA	canteiro de obras 01 unid; captação 01 unid; adutora 29 m; rede de distribuição 537 m; estação elevatória 01 unid; reservação 01 unid.	área urbana	444.444,44
752/08	gov governo do estado	paranhos	SAA	serviços preliminares - unid. 01, captação - unid. 01, adutora de água bruta, pvcdn150mm, 34m. - metro 34, adutora de água tratada,pvcdn150mm, 20,00m - metro 20, reservatório apoiado concreto armado, 150 m³ - unid. 01, reservatório elevado concreto armado, 150m³ - unid. 01, abrigo padrão de cloração-modelo "b" - unid. 01, estação elevatória água tratada - unid. 01.	área urbana	611.111,11
1735/08	gov governo do estado	iguatemi	SES	canteiro de obras 01 unid; rede coletora 19022 m; ligações domiciliares 611 unid; estação tratamento 01 unid; reator 01 unid; filtro biológico 01 unid; decantador secundário 01 unid;laboratório 26,12 m2;emissário 37 m;leito de secagem 309,96 m2		4.000.000,00
1732/08	gov governo do estado	figueirão	SES	serviços preliminares 01 unid; microsistema 01 unid; estação elevatória de esgoto 01 unid; linha de recalque 01 unid; tratamento 01 unid; emissário final 01 unid.		1.444.444,44
747/08	gov governo do estado	japorã	SES	canteiro de obras 01 unid; rede coletora 3682 m; ligações domiciliares 127 unid; desarenador 01 unid; caixa de areia 01 unid; lagoa anaeróbia 01 unid; lagoa facultativa 01 unid; laboratório 01 unid; by-pass e emissário 01 unid; caixa receptadora de caminhão auto fossa 01 unid; urbanização da área 01 unid.	área urbana	1.000.000,00
1737/08	gov governo do estado	ladário	SES	serviços preliminares 01 unid; rede coletora 30126 m ; ligações domiciliares 2267unid;estação elevatória 01 unid; linha de recalque 307m.		5.000.000,00
743/08	gov governo do estado	douradina	SES	canteiro de obras 01 unid.; microsistema 01 unid; coletor tronco 823 m; estação elevatória de esgoto eee01 01 unid; linha de recalque eee001 167 m;estação elevatória de esgoto eee 002 01 unid; estação elevatória de esgoto eee03 01 unid; linha de recalque eee 002 543 m; linha de recalque eee 003: 316 m; tratamento 01 unid.	área urbana	2.444.444,44
750/08	gov governo do estado	paranhos	SES	serviços preliminares 01 unid; rede coletora 25386 m; ligações domiciliares 900 unid; rede coletora 381 m; ligações domiciliares 30 unid; estação elevatória de esgoto 01 unid; coletor tronco 832 m; linha recalque 940 m; estação elevatória furtooso 01 unid; linha de recalque furtooso 300		3.777.777,78

				m; desarenador 01 unid; caixa receptora autofossa 01 unid; lagoa anaeróbia 01 unid;lagoa facultativa 01 unid; lagoa de maturação 01 unid; caixa de areia 01 unid; laboratório em alvenaria 01 unid; emissário 160 m; linha de descarga 03 m; urbanização da área 01 unid.		
1738/08	gov governo do estado	porto murтинho	SES	canteiro de obras 01 unid; microssistema 01 unid; estação elevatória de esgoto eee-1 01 unid; linha de recalque eeb-1: 816 m; estação elevatória de esgoto eeb-2: 01 unid; linha de recalque eeb-2: 671 m; estação elevatória de esgoto eeb-3: 01 unid; linha de recalque eeb-3 1492 m; estação elevatória de esgoto eeb-4 01 unid; linha de recalque eeb-4: 142 m; melhoria estação elevatória de esgoto eeeb - centro 01 unid; melhoria estação elevatória esgoto eeeb - fundão 01 unid; tratamento 01 unid.	área urbana	3.270.720,80
1740/08	gov governo do estado	ribas do rio pardo	SES	canteiro de obras (serviços preliminares) 01 unid; microssistema (rede coletora) 18662 m; ligações domiciliares 914 unid; desarenador (tratamento) 01 unid; ralf 20l/s 01 unid; filtro biológico 01 unid; decantador secundário 01 unid; eee-r 01 unid; leito de secagem 391 m2; emissário final 178 m; instalação elétrica na ete 01 unid;	área urbana	3.777.777,78
745/08	gov governo do estado	coronel sapucaia	SES	serviços preliminares 01 unid; micro sistema 01 unid; estação elevatória de esgoto mate laranjeira; linha de recalque mate laranjeira 01 unid; estação elevatória de esgoto montevidéu 01 unid; linha de recalque montevidéu 01 unid; estação elevatória de esgoto lagoa 01 unid; linha de recalque lagoa 01 unid; estação elevatória de esgoto nhu verá; melhoria estação elevatória de esgoto vila nova 01 unid; tratamento 01 unid.	área urbana	421.375,32
1729/08	gov governo do estado	corguinho	SES	serviços preliminares 01 unid; rede coletora e ligação domiciliar 7800m; tratamento 01 verba; emissário final 440 m.		1.222.222,22
742/08	gov governo do estado	tacuru	SES	canteiro de obras 01 unid; microssistema 01 unid; estação elevatória de esgoto eeb-1 01 unid; linha de recalque eeb-1: 356m; estação elevatória de esgoto eeb-2:01 unid; linha de recalque beira rio 2: 230 m; tratamento 01 unid.	área urbana	3.282.832,98
754/08	gov governo do estado	bela vista	SES	serviços preliminares 01 unid; microssistema b 01 unid; microssistema c 01 unid; laboratório 01 unid.		4.222.222,22
1727/08	gov governo do estado	amambai	SES	serviços preliminares 01 unid; rede coletora ;estação elevatória 01 unid; linha de recalque; tratamento 01 unid; ligação domiciliar 150 unid.	área urbana	4.222.222,22
TOTAL						67.215.500,84

Fonte: DIESP/SUEST-MS

Quadro VIII – PAC1/2009

TC/PAC	PROP.	MUNICÍPIO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA OBRA	LOCAL.	VALOR
674/09	prefeitura municipal	eldorado	ses	serviços preliminares 01 unid; rede coletora de esgoto 01 unid; ligações domiciliares 430 unid.	área urbana	1.173.247,60
675/09	prefeitura municipal	são gabriel do oeste	ses	serviços preliminares 01 unid; rede coletora de esgoto 10.937m; ligações domiciliares 730 unid.	área urbana	1.030.927,84
672/09	prefeitura municipal	bodoquena	ses	serviços preliminares 01 unid; rede coletora de esgoto 12.000 m; ligações domiciliares 1.179 unid; telemetria 01 unid.	área urbana	2.243.760,00
745/09	agesul	bela vista	ses	serviços preliminares; rede coletora de esgoto; estação elevatória e linha de recalque.	área urbana	1.030.927,84
834/09	prefeitura municipal	jateí	ses	serviços preliminares 01 unid; rede coletora 3500m; estação tratamento de esgoto 01 unid; emissário 930 m; ligações domiciliares 300 unid.	área rural (distrito nova esperança)	950.255,70
?	prefeitura municipal	aquidauana	msd	módulo sanitário tipo 3-25 unids	quilombola furnas do baiano	125.125,00
763/09	prefeitura municipal	corguinho	msd	módulo sanitário tipo 1- 63 unid.	quilombola boa sorte	243.774,30
TOTAL						6.798.018,34

Fonte: DIESP/SUEST-MS

Quadro IX – PAC1/2010

TC/PAC	PROP.	MUNICÍPIO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA OBRA	LOCAL.	VALOR
36/10	prefeitura municipal	itaquirai	SAA	serviços preliminares 01 unid,captação 16 unid;reservatório 16 unid;rede de distribuição 250.000m,ligações domiciliares 1234 unid.	assentamento complexo santo antônio: assentamento santo antônio, itaquiraí, caburey e foz do rio amambá	4.900.991,28
121/10	prefeitura municipal	pedro gomes	SAA	ligações domiciliares : 30 unid.	família quintino(quilombola)	57.894,90

122/10	prefeitura municipal	rio negro	SAA	serviços preliminares 01 unid, estação de tratamento de água 8 m2, adutora 01 unid, rede de distribuição 1.800 m, ligações domiciliares 10 unid.	ourolândia (quilombola)	41.053,00
120/10	prefeitura municipal	juti	SAA	poço profundo, reservação, rede de distribuição e lig.domiciliares	assentamento são sebastião dos paes (grupo santa luzia)	150.000,00
120/10	prefeitura municipal	juti	SAA		assentamento estrada de porto felicidade - ms289 - km 1	250.000,00
120/10	prefeitura municipal	juti	SAA		assentamento estrada de porto felicidade - ms289 - km 4	100.000,00
120/10	prefeitura municipal	juti	SAA		assentamento estrada juti- vicentina ms283 - km 2,5	250.000,00
120/10	prefeitura municipal	juti	SAA		assentamento jut - zona sul	200.000,00
304/10	prefeitura municipal	bela vista	SAA	lig.domiciliares:125 unid; rede de distribuição:3000 m; reservatório :01 unid; serv. preliminares:01 unid; adutora:1000 m; captação : 02 unid.	aldeia pirakuá	307.500,00
311/10		tacuru	SAA	lig.domiciliares:150 unid;rede de distribuição: 14.500 m; reservatório: 01 unid; serviços preliminares:01 unid.; captação: 02 unid.	aldeias jaguapiré e sassoró	600.000,00
337/10	prefeitura municipal	dourados	SAA	serviço de construção de poço tubular profundo totalmente revestido	aldeia bororó	887.580,84
298/10	prefeitura municipal	coronel sapucaia	SAA	lig.domiciliares:100 unid;rede de distribuição : 7000 m ; reservatório:01 unid; serviços preliminares: 01 unid.	área indígena	412.000,00
305/10	prefeitura municipal	aral moreira	SAA		aldeia guassuti	306.120,00
	prefeitura municipal	bandeirantes	SAA	serviços preliminares;captação poço profundo;reservatório elevado; abrigo de cloração;urbanização e serviços diversos;rede de distribuição; ligações domiciliares 60m; automatização.	área rural	223.194,71
	prefeitura municipal	bandeirantes	SAA	serviços preliminares;captação poço profundo;reservatório elevado; abrigo de cloração;urbanização e serviços diversos;rede de distribuição; ligações domiciliares 60m; automatização.	assentamento	223.194,71
	prefeitura municipal	bandeirantes	SAA	serviços preliminares;captação poço profundo;reservatório elevado; abrigo de cloração;urbanização e serviços diversos;rede de distribuição; ligações domiciliares 42m; automatização.	assentamento nova esperança	282.622,89
	prefeitura municipal	bandeirantes	SAA	serviços preliminares;captação poço profundo;reservatório elevado; abrigo de cloração;urbanização e serviços diversos;rede de distribuição; ligações domiciliares 103m; automatização.	assentamento da fazenda jatobazinho	230.733,95
	prefeitura municipal	bandeirantes	SAA	serviços preliminares;captação poço profundo;reservatório elevado; abrigo de cloração;urbanização e serviços diversos;rede de distribuição; ligações domiciliares 115m; automatização.	assentamento fazenda progresso	277.921,97
	agesul	campo grande	SAA	aquisição de equipamento;construção e ampliação	área urbana	3.820.000
	prefeitura municipal	costa rica	SAA	serviços preliminares, captação, adutora, estação elevatória, estação de tratamento de água, reservatório, rede de distribuição, ligações domiciliares	área urbana	811.943,80
	prefeitura municipal	corguinho	SAA		boa sorte (quilombola)	
	prefeitura municipal	nioaque	SAA		família cardoso	
	prefeitura municipal	bandeirantes	SAA		assentamento agripija	
	prefeitura municipal	caracol	MSD	módulo sanitário tipo 1-01 unid, fossa séptica, sumidouro, reservatório, lavatório, banheiro.	área urbana	102.690,60
309/10	prefeitura municipal	tacuru	MSD	módulo sanitário tipo 3- 100 unid.	aldeia jaguapiré e sassoró	600.000,00
303/10	prefeitura municipal	juti	MSD	módulo sanitário tipo 2 -51 unid.	aldeia taquara	303.705,22
301/10	prefeitura municipal	japorã	MSD	módulo sanitário tipo 3 - 140 unid.	aldeia porto lindo	624.666,80
341/10	prefeitura municipal	dourados	MSD	módulo sanitário tupo 3 - 114 unid.	aldeia bororó	724.792,60
300/10	prefeitura municipal	coronel sapucaia	MSD	módulo sanitário tupo 2 - 70 unid.	aldeia taquaperi	415.400,00
302/10	prefeitura	bela vista	MSD	módulo sanitário tipo 2 - 71 unid.	aldeia indígena	326.600,00

	municipal				etnia guarani	
310/10	prefeitura municipal	aral moreira	MSD	módulo sanitário tipo 3 - 01 unid.	aldeia guassuty	306.000,00
317/10	prefeitura municipal	antônio joão	MSD			315.965,15
	prefeitura municipal	rio verde de mato grosso	MSD	módulo sanitário tipo 3-01 unid	área urbana	1.337.080,00
	prefeitura municipal	costa rica	SES	rede coletora de esgoto,interceptor,estação elevatória,estação de tratamento de esgoto,ligações domiciliares,canteiro de obras,linha de recalque,ralf,filtro anaeróbico,caixa de areia,cdfl-1,leito de secagem de iodo,laboratório,urbanização	área urbana	14.137.982,00
	agesul	miranda	SES	serviços preliminares,rede coletora de esgoto,estação elevatória,estação de tratamento de esgoto,ligações domiciliares,linhas de recalque, telemetria.	área urbana	8.900.000,00
	agesul	nova andradina	SES	serviços preliminares,rede coletora de esgoto,estação elevatória,estação de tratamento de esgoto,ligações domiciliares,linhas de recalque, telemetria.	área urbana	18.156.000,00
	agesul	paranaíba	SES	serviços preliminares,rede coletora de esgoto,interceptor, estação elevatória,estação de tratamento de esgoto,ligações domiciliares, linha de recalque, telemetria.	área urbana	21.550.000,00
	agesul	sidrolândia	SES	serviços preliminares, rede coletora de esgoto,interceptor,estação elevatória,estação de tratamento de esgoto,emissário, ligações domiciliares,linhas de recalque, telemetria.	área urbana	19.433.170,00
	prefeitura municipal	caarapó	SES	serviços preliminares01 unid,rede coletora de esgoto20.000m,estação elevatória 02 unid,estação de tratamento de esgoto 01 unid,ligações domiciliares 800 unid,linha de recalque 02 unid.	área urbana	3.092.684,49
	prefeitura municipal	caracol	SES	serviços preliminares, rede coletora de esgoto, ligações domiciliares	área urbana	169.894,35
	prefeitura municipal	fátima do sul	SES	serviços preliminares, rede coletora de esgoto, linha de recalque,estação elevatória, estação de tratamneto de esgoto,emissário.	área urbana	3.092.783,50
	prefeitura municipal	rio verde de mato grosso	SES	canteiro de obras, estação elevatória,interceptor, linha de recalque/travessia, rede coletora,tratamento e emissário	área urbana	3.333.333,33
360/10	prefeitura municipal	são gabriel do oeste	PCQA	construção de laboratório regional de vigilância ambiental	área urbana	4.080.000,00
TOTAL						112.242.815,84

Fonte: DIESP/SUEST-MS

Quadro X – PAC2 – ação Agua e Esgoto

MUNICÍPIO	ENT.	AÇÃO	SITUAÇÃO	LIC. AMB.	SIT. ÁREA	VALOR (R\$/OBRAS)	VALOR ETAPA ÚTIL	VR. ETAPA ÚTIL SUGERIDO
anastácio	gov	esgoto	aprovado	prot.	port.154	16.780.949,54	2.561.964,84	2.561.964,84
aparecida do taboado	gov	esgoto	aprovado	prot.	port.154	18.304.180,79	12.304.000,00	5.000.000,00
aral moreira	gov	esgoto	aprovado	prot.	port.154	4.249.028,75	3.500.000,00	3.500.000,00
camapuã	gov	água	aprovado	prot.	port.154	4.079.690,34	4.079.690,34	4.079.690,34
eldorado	pm	esgoto	aprovado	Lo	na	2.185.000,00	2.185.000,00	2.185.000,00
fátima do sul	gov	esgoto	aprovado	Li	port.154	3.587.550,00	2.954.059,80	2.954.059,80
itaporã	gov	esgoto	aprovado	prot.	port.154	9.321.077,56	4.500.000,00	2.500.000,00
ivinHEMA	gov	água	aprovado	prot.	cert.	1.900.196,56	1.900.196,56	1.900.196,56
jatef	gov	esgoto	aprovado	prot.	port.154	2.184.702,49	2.184.702,49	2.184.702,49
maracaju	gov	esgoto	aprovado	Li	port.154	22.511.466,50	9.697.588,33	5.000.000,00
mundo novo	gov	esgoto	aprovado	Lo	port.154	16.828.611,31	12.652.124,38	5.000.000,00
naviraí	gov	esgoto	aprovado	Na	na	9.658.450,00	4.500.000,00	4.500.000,00
nova alvorada do sul	gov	esgoto	aprovado	prot.	port.154	9.824.498,80	9.824.498,80	5.000.000,00
nova andradina	gov	esgoto	aprovado	prot.	port.154	30.939.776,78	15.310.000,00	5.000.000,00
paranaíba	gov	esgoto	aprovado	Lo	port.154	8.950.375,00	5.200.000,00	3.500.000,00
ribas do rio pardo	gov	esgoto	aprovado	Li	cert.	6.826.005,47	3.400.000,00	2.000.000,00
rio brilhante	gov	esgoto	aprovado	prot.	port.154	17.335.597,65	2.471.795,60	2.471.795,60
sao gabriel do oeste	pm	esgoto	aprovado	Na	na	3.047.147,79	3.038.140,25	2.000.000,00
TOTAL						188.514.305,33	102.263.761,39	61.337.409,63

Fonte: DIESP/SUEST-MS

Quadro XI – PAC2 – Ação Melhoria Sanitária Domiciliar

PROPONENTE	MUNICÍPIO	AÇÃO	VALOR PLEITO	VALOR APROVADO
pm antônio joão	antônio joão - antônio joão / ms	msd (126un)	838.315,14	500.000,00
pm aquidauana	aquidauana - aquidauana, camisão - camisão, cipolândia - cipolândia, piraputanga - piraputanga, taunay - taunay / ms	msd (174 un)	1.257.735,20	500.000,00

pm coronel sapucaia	coronel sapucaia - / ms	msd (250 un)	1.527.514,65	500.000,00
pm guia lopes da laguna*	guia lopes da laguna - guia lopes da laguna, pa retirada da laguna - pa retirada da laguna, pa rio feio - pa rio feio / ms	msd (174 un)	1.250.538,50	500.000,00
pref mun nioaque*	pa andalucia - pa andalucia, pa boa esperança - pa boa esperança, pa nioaque - pa nioaque, pa palmeira - pa palmeira / ms	msd (200 un)	1.484.361,20	500.000,00
pm costa rica	costa rica - costa rica / ms			500.000,00
pm japora	japora, japora - japora, pa indian-polis - pa indian-polis, pa savana - pa savana / ms			500.000,00
pm rio verde de mato grosso	rio verde de mato grosso - rio verde de mato grosso / ms			500.000,00
pm santa rita do pardo	pa córrego dourado - pa córrego dourado, santa rita do pardo, santa rita do pardo / ms			500.000,00
TOTAL			6.358.464,69	4.500.000,00

Fonte: DIESP/SUEST-MS

Lembramos que a FUNASA/SUEST-MS, possui firmado 98 Convênios, sendo 84 com Prefeituras Municipais e 14 com o Governo Estadual

Com essas ações e investimentos temos cumprido sistematicamente a nossa missão de realizar ações de saneamento ambiental nos municípios, quilombolas, assentamentos e aldeias indígenas, promovendo a saúde pública e a inclusão social.

Para afastarmos qualquer possibilidade de interrupção das ações que estavam em andamento e ainda a serem realizadas, apostamos na completa transparência na condução de processos, bem como, no diálogo permanente com a equipe de colaboradores e parceiros e na austeridade e responsabilidade com os recursos públicos.

É importante ainda, salientar a indispensável e imprescindível busca por parcerias com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e Prefeituras, parceiros esses, que em momento algum se furtaram das nossas solicitações e têm nos permitido atingir nossos objetivos e obter melhorias na qualidade de vida de toda a população de nosso estado.

Temos ciência das nossas limitações operacionais e das dificuldades que poderão surgir, porém, continuaremos apostando no apoio irrestrito de nossos parceiros, na responsabilidade de nossos gestores e no comprometimento e criatividade da nossa equipe para superar desafios e obter resultados positivos.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul, tem suas Divisões de Serviço distribuídas em um prédio central (alugado) de 7 andares e um outro terreno (próprio) que contempla o Almoxarifado e o Setor de Transportes.

Contando com essa estrutura a Superintendência de Mato Grosso do Sul no exercício de 2011, buscou implementar as ações de sua responsabilidades institucional através de uma articulação intersetorial e interinstitucional, no sentido de buscar parcerias que possibilitassem consolidar compromissos, bem como, através de um planejamento que definiu e assegurou recursos orçamentários e financeiros para que, da melhor forma implantássemos os Programas geridos pela FUNASA/SUEST-MS.

Para tanto, foi elaborado no exercício de 2011 o Plano Operacional utilizando-se como base o Plano Operacional da Presidência, com o intuito de assegurar uma uniformização do processo de planejamento da SUEST/MS em consonancia com o planejamento da FUNASA/Presidência.

Na elaboração do Plano Operacional 2011 foi considerado o Plano Pluri Anual 2008 – 2011 que congrega os Programas e Ações aos quais a FUNASA está inserida, respeitando assim a nomenclatura e códigos usados nesse PPA.

Utilizamos como instrumento básico para alocação de recursos nas devidas ações, subações e metas estabelecidas no Plano Operacional o Sistema de Planejamento e Gestão Orçamentária – SPGO implantado no exercício de 2011 sendo monitoradas por meio do PLAMSUS – Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS antigo SISPLAN, as informações foram validadas a partir do segundo semestre de 2011, através dessa ferramenta de monitoramento que é formada por várias bases de dados de planejamento e permitiu monitorar e avaliar as mestas estabelecidas no Plano Operacional.

Foi publicado no exercício de 2011 a portaria de nº. 452, designando os servidores para elaboração e acompanhamento do plano operacional e lançamento de dados no Plamsus.

Importante mencionar a implantação do Sistema de Planejamento e Gestão Orçamentária, instrumento utilizado para dimensionar os gastos de custeio para 2011 onde todos os departamentos tiveram a oportunidade de planejar melhor seu recurso. Um Sistema simples, o qual a Presidência definiu um limite máximo de recurso de custeio para a superintendência e após isso, esse recurso é detalhado como e aonde será aplicado.

O SPGO foi um grande avanço, seguindo os critérios estabelecidos na Portaria FUNASA nº. 140 de 18 de fevereiro de 2011 ele deu segurança administrativa para o comprometimento de seus gastos anuais, permitindo dar mais visibilidade, responsabilidade e transparência ao recurso público usado pela instituição.

Abaixo evidenciaremos por área, programa e plano interno os valores do Plano Operacional e do SPGO, lembrando que no SPGO são considerados os valores de custeio.

Quadro XII – Valores previstos no PO e disponibilizados no SPGO

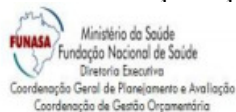
VALORES PREVISTOS				
PROGRAMA / AÇÃO / SUBAÇÃO	PLANO INTERNO	ELEMENTO DESPESA	VALOR PREVISTO PO	VALOR PREVISTO SPGO
0122 – 10GD, 10GE, 7652	MSSOC	339014	105.403,50	93.160,40
1287 – 7656, 7684		339036	0,00	14.400,00
8007 – 10GG				
0122 – 10GD – subação/construção de poços	MSCPO	339014	50.445,00	56.719,65
		339030	67.585,00	67.585,00
		339036	16.815,00	8.400,00
		339039	0,00	233.144,35
	MSMPO	339014	9.292,50	7.891,05

		339030	10.000,00	50.000,06
		339036	3.097,50	1.200,00
		339039	270.000,00	99.999,49
0122 – 6908	FBEDU	339014	8.673,00	6.726,00
		339030	2.092,90	20.000,00
		339033	0,00	5.000,00
		339036	0,00	885,00
0122 – 20AFF	MBQUA	339039	10.990,00	7.389,00
		339014	6.726,00	6.726,00
		339030	40.000,00	41.327,00
		339033	0,00	10.000,00
		339036	1.947,00	1.947,00
		339039	50.000,00	50.000,00
0750 – 2000 – subações PCMSO, Laudo de Avaliação Ambiental	Não previsto			
0016 – 4572 – subação capacitação servidores publicos	MACAP	339014	11.039,00	10.000,00
		339030	0,00	17.392,00
		339036	2.175,40	2.608,00
		339039	75.975,00	76.000,00

Fonte: PO/SUEST-MS

Ainda neste item, considerando a implantação do SPGO no exercício de 2011 será demonstrado através de gráficos o que ficou evidenciado no Sistema.

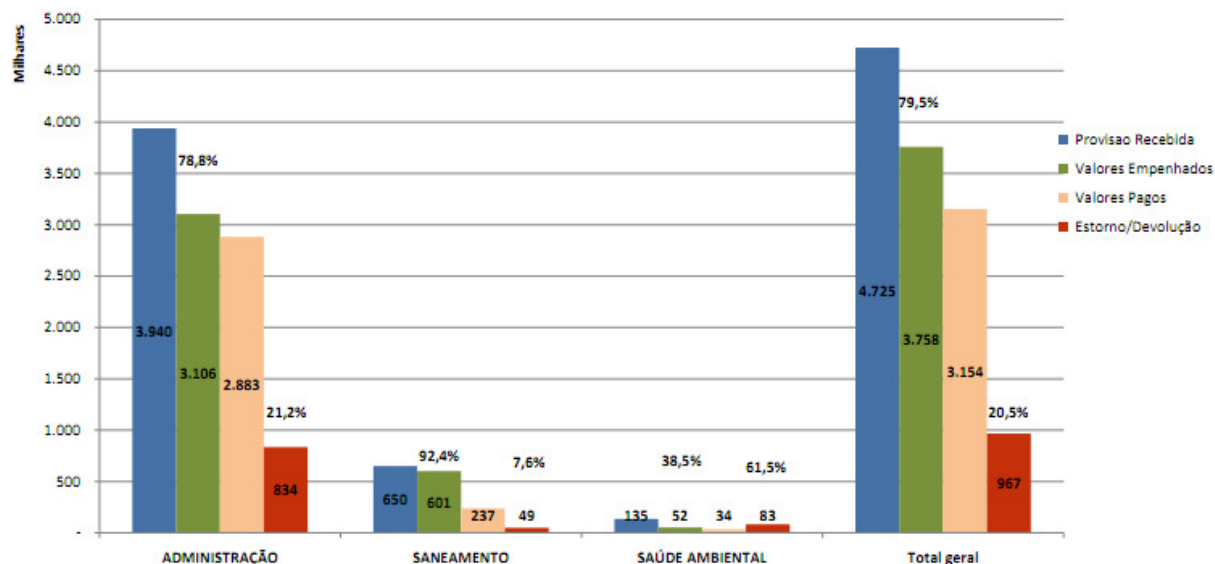
Gráfico I – Execução Orçamentária e Financeira - 2011



Execução Orçamentária e Financeira - 2011

Superintendência Estadual do Mato Grosso do Sul

Custeio

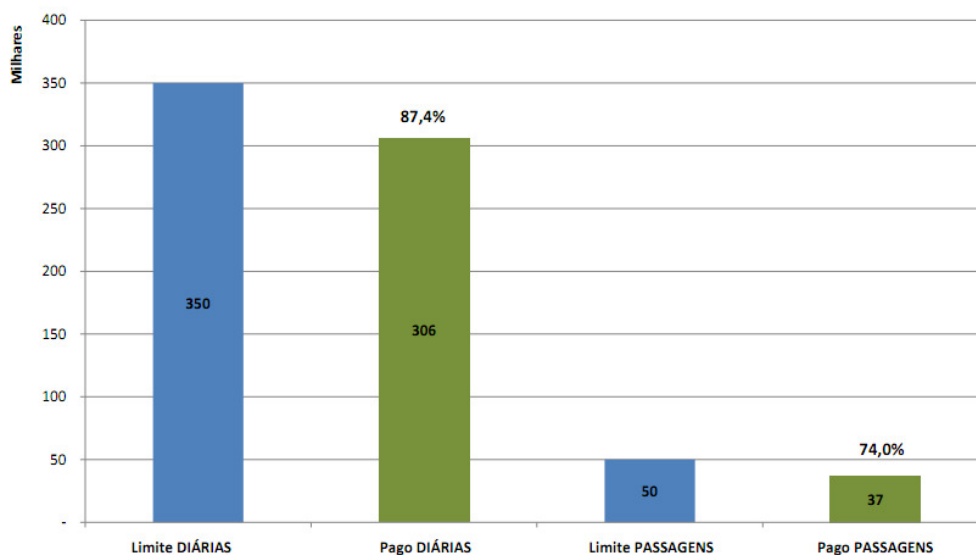


Fonte – Coordenação de Gestão Orçamentária/Presidência

Gráfico II – Execução Diárias e Passagens - 2011

Diárias e Passagens 2011

Superintendência Estadual do Mato Grosso do Sul



Fonte – Coordenação de Gestão Orçamentária/Presidência

Para gerir a complexidade das ações e investimentos realizados pela Superintendência Estadual da Funasa em Mato Grosso do Sul temos buscado, internamente, cumprir o planejamento da instituição, temos desenvolvido ao máximo a qualificação e a motivação de todas as equipes de trabalho, temos procurado maior agilidade no trâmite burocrático, é importante salientar no processo de elaboração dos projetos e execução das obras, a indispensável e imprescindível parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Bancada Federal e Prefeituras, que e têm nos permitido atingir nossos objetivos e obter melhorias na qualidade de vida de toda a população de nosso estado.

Apesar de todos os investimentos e parcerias realizadas, ainda no ano de 2011 a FUNASA, sofre reflexos pela mudanças decorrentes da reestruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SUS-I) com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e a reformulação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) no âmbito do Ministério da Saúde.

Ressalta-se que com a criação da SESAI e a reestruturação dos DSEI, os servidores da FUNASA passaram a ter seu vínculo com o Ministério da Saúde e usufruirão dos mesmos direitos e vantagens.

Em fevereiro de 2011, foi instituído o grupo de trabalho com o objetivo de coordenar as ações relativas a transferência dos bens permanentes ativos da FUNASA para o Ministério da Saúde, compreendendo bens móveis, imóveis, intangíveis e semoventes, acervo documental e equipamentos destinados a promoção, proteção e recuperação da saúde dos povos indígenas, incluindo os relacionados as ações de saneamento ambiental em terras indígenas conforme portaria nº 215 de 09 de fevereiro de 2011.

A Superintendência Estadual da Funasa do Mato Grosso do Sul (Suest/MS) possui ações ambientais realizadas em 2011, algumas atividades que já mostram resultados dentro da Instituição, são palestras e campanhas realizadas pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária, que incentivaram os colaboradores a reutilizar os papéis, imprimindo frente e verso, e a separar os lixos recicláveis na fonte geradora. Também houve uma conscientização quanto à substituição do copo descartável por canecas e squeeze's (garrafas plásticas), assim como a abertura de um processo de licitação para aquisição de squeezes, canecas de porcelana, copos de polipropileno (tipo de plástico)

e copos de vidro para serem distribuídos a todos os servidores, colaboradores, estagiários e terceirizados da Suest/MS. Além disso, a Funasa de MS solicitou a participação no processo de seleção do Programa de Eficiência Energética da Enersul. Se contemplada, a regional irá receber a inspeção de técnicos da empresa de energia, que detectará quais atitudes devem ser tomadas para a redução do consumo de energia. Se necessário, a empresa fará os reparos. O órgão firmou, ainda, uma parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande e se dispôs a ser um ponto de coleta dos resíduos perigosos (pilhas, baterias, lâmpadas, óleos comestível).

Simultaneamente com Brasília e as 26 superintendências estaduais espalhadas pelo País, a SUEST/MS realizou em 2011 evento em alusão do Dia Nacional de Mobilização da FUNASA contra a Dengue, em Mato Grosso do Sul, o encontro foi marcado pela apresentação do Plano de Trabalho da Instituição no combate a endemia, além do lançamento da Brigada Funasa contra a Dengue, que tem como objetivo orientar empresas, órgãos públicos e demais entidades quanto aos cuidados necessários para evitar a ocorrência de focos do mosquito *Aedes Aegypti*.

Ainda em 2011, visando ampliar a rede de relacionamentos das micro e pequenas empresas com empresas governamentais e orientá-las sobre como participar dos processos de compras públicas, foi realizado, o Encontro de Negócios do Sebrae do Bolsão, em Três Lagoas, com a participação de diversos órgãos públicos do Estado. O evento integra a programação do Fomento Estadual e reuniu 60 fornecedores de micro e pequeno portes e 13 empresas compradoras (governamentais e privadas) para a possibilidade de negócios futuros. A Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde de Mato Grosso do Sul (Funasa/Suest-MS) participou do encontro, por meio do chefe da Divisão de Administração.

Na área de engenharia, a Suest/MS, em parceria com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) e a Prefeitura Municipal de Jaraguari, estão proporcionando melhorias na vida dos moradores do assentamento Harmonia e do distrito Bonfim, comunidades rurais pertencentes ao município de Jaraguari, a 42 quilômetros da capital do Estado. As duas comunidades foram contempladas com a perfuração de dois poços artesianos e, com isso, aproximadamente 250 famílias estão desfrutando dos 18 mil litros de água por hora que jorram do poço perfurado no Bonfim. Já os moradores do assentamento Harmonia podem contar com 12 mil litros de água por hora. Essa iniciativa irá atender as demandas das comunidades.

Dentre outras ações ocorridas em 2011 na área de engenharia, podemos destacar que dos 62 municípios de Mato Grosso do Sul pré-selecionados a receber recurso da segunda fase do PAC, apresentando documentos necessários para o andamento dos trabalhos de avaliação por parte dos técnicos, 28 municípios tiveram os projetos aprovados com ações de água, esgoto e melhoria sanitária domiciliar.

Em 2011, nosso objetivo foi finalizar as obras que ficaram pendentes, priorizando o atendimento ao PAC1 e PAC2 e continuar a enfrentar os desafios de uma nova estrutura e uma nova missão, com a mesma dedicação e responsabilidade que temos pautado nossa atuação nos anos anteriores.

2.3. SUBAÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.

Neste item será realizada análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ, mediante dois prismas: Execução do Programas de Governo e Execução Física das ações realizadas pela UJ. Para tanto, buscaremos alimentar tais demonstrativos através de informações retiradas do Plano Operacional (PO/2011); Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS (PlamSUS); Sistema de Planejamento e Gestão Orçamentária (SPGO) e SIAFI Gerencial.

2.3.1 identificação das subações sob responsabilidade da UJ.

Com o objetivo de atender o item 2.3.1 do Relatório de Gestão, serão demonstrados objetivamente os resultados físico-financeiros de cada Programa e Ação de responsabilidade da SUEST-MS, identificando os Programas, Ações e Subações.

Para tanto foram elaborados quadro de “identificação do PROGRAMA de Governo”; “Identificação da AÇÃO”; “Identificação da SUBAÇÃO” e “Meta Financeira por PROGRAMA e AÇÃO”.

Importante frisar que a Superintendência não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	
Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar C. Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: Ruy Gomide Barreira - FUNASA
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	
Fonte: SIGPLAN, CGOFI-PRESIDENCIA	

Identificação da Ação	
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.	
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	
Fonte: Sigplan	

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47983 – SUEST/MS Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
Física						
1	analisar 1 projeto de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	1	0	0
2	realizar 33 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativas a exercícios anteriores	Visita realizada	Unidade	33	24	72,73%
Análise das metas						
1	Não foi necessária a análise de projetos pois os convênios, firmados a partir de 2004, com ênfase para os anos de 2007/2008, forma objeto de análise em anos anteriores. No tocante a novos convênios firmados destacam-se principalmente os do PAC02 que já forma objeto de análise deviod a nova sistemática de aprovação de pleitos, mas não cabe a esta meta.					
2	Fevereiro: Três Lagoas, CV 969/2007; Amambai, TC-PAC 741/2008, Corguinho, TC-PAC 758/2008; Jateí, TC-PAC 748/2008; Juti, TC-PAC 749/2008. Abril: Bela Vista, TC-PAC 1728/2008; Paranhos, TC-PAC 752/2008. Agosto: Assentamento São Luiz-Bataiporã, TC-PAC					

817/2007. Setembro: Distrito de Nova América-Caarapó, Distrito de Vila Cristalina-Caarapó, Distrito de Indápolis-Dourados, Distrito de Itahum-Dourados, Distrito de Picadinha-Dourados, Distrito de Vila Formosa-Dourados, Distrito de Macaúba-Dourados, Distrito de São Pedro-Dourados, Distrito de Vila Vargas-Dourados, Distrito de Sitioca Campina Verde-Dourados, Distrito de Carumbé-Itaporã, Distrito de Montese-Itaporã, Distrito de Piraporã-Itaporã, Assentamento Triângulo-Rio Brilhante, Assentamento Lagoa Grande-Dourados, TC-PAC 817/2007; Assentamento São Miguel-Maracaju, TC-PAC 529/2007; Figueirão TC-PAC 1606/2008. Não foi possível realizar o número de visitas planejadas devido à contenção orçamentária prevista no Decreto Presidencial 7.446/2011, de 1º de Março de 2011. Ainda, devido à priorização do PAC2, no tocante aos pleitos para execução de obras e de elaboração de projetos, a partir do segundo semestre de 2011, com necessidade de visitas técnicas e análises de projetos, não foi possível atingir a meta planejada de visitas técnicas. Esperamos realizar em 2012 as visitas não efetuadas nos convênios firmados, particularmente os que envolvem um montante significativo de recursos

Fonte: PlamsUS

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47263 – SUEST/MS Construção de poços tubulares para abastecimento público de água						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
Física						
1	construir 10 poços tubulares	Poço construído	Unidade	10	15	150%
2	realizar conserto e manutenção de 7 equipamentos de perfuração de poços tubulares	Equipamento recuperado	Unidade	7	2	28,57%
3	recuperar 5 poços tubulares	Poço recuperado	Unidade	5	5	100%
Análise das metas						
1	JANEIRO, não foi construído nenhum poço FEVEREIRO, construídos 3 poços, 2 na comunidade "Família Quintino" Município de Pedro Gomes, somando 338m, ambos secos e aterrados e 1 poço no Assentamento Bebedouro município de Nova Alvorada do Sul com 82 metros de profundidade e vazão de 13.000 litros por hora. MARÇO, construídos 2 poços, 1 na comunidade "Família Quintino" município de Pedro Gomes com 107 metros de profundidade, seco e aterrado. ABRIL, construído 1 poço no Assentamento Jaburu município de Nova Alvorada do Sul com 50 metros de profundidade e vazão de 27.600 litros por hora. MAIO, construído 2 poços, 1 na Aldeia Lagoinha município de Sidrolândia com 86 metros de profundidade e vazão de 13.300 litros por hora e, 1 poço na Aldeia Água Azul município de Dois Irmãos do Buriti com 150 metros de profundidade e vazão de 7.000 litros por hora. JUNHO, Construído 2 poços no Assentamento Itaqui município de São Gabriel do Oeste com 98 metros cada, ambos secos e aterrados. JULHO, perfurado 1 poço no Assentamento Itaqui município de São Gabriel do Oeste com 130 metros seco e aterrado. AGOSTO, não houve perfuração. SETEMBRO, perfurados 1 poço, 1 no Assentamento Itaqui município de São Gabriel do Oeste com 32 metro de profundidade e vazão de 2.800 litros horas. OUTUBRO, construídos 1 poço no Assentamento Harmonia município de Jaraguari, com 105 metros de profundidade e vazão de 12.000 litros hora. NOVEMBRO, construído 2 poços no Distrito de Bonfim município de Jaraguari 1 com 150m seco e aterrado e 1 com 247m e vazão de 18.000 litros horas. DEZEMBRO, construído 1 poço na Aldeia Cerrito município de Eldorado, com 112 metros de profundidade e vazão aproximada de 30.000 litros por hora. Este poço após o desenvolvimento e início do Teste de Vazão e de Produção houve rompimento dos tubos de revestimento infiltrando pré-filtro e areia para o interior devido o desmoronamento.					
2	não houve tempo hábil para abertura de licitação no primeiro semestre e também a SUEST-MS/FUNASA não dispunha de recursos financeiros para a recuperação de todos os 07 equipamentos. A Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico foi realizada no dia 21.12.2011 para recuperação de 2 equipamentos sendo: Perfuratriz de marca Prominas modelo R-1S e Compressor de ar Marca Chicago Pneumatic modelo CP-760 QHH. Quando dos orçamentos, observou a necessidade de aumento orçamentário na quantia de R\$ 40.000,00, devido a esta necessidade de alocação de recurso o processo embora tenha iniciado na primeiro semestre do exercício, não houve tempo hábil para abertura de pregão, haja vista que em Campo Grande não há empresa especializada para conserto deste tipo de equipamento tornando difícil conseguir propostas orçamentárias (valor estimativo de custo) que dá base ao Processo. Esperamos em 2012 solicitar montante do recurso orçamentário no início do exercício.					
3	FEVEREIRO, Realizado limpeza e recuperação de um poço na Comunidade "Família Quintino" município de Pedro Gomes com profundidade de 144m e vazão de 500 litros por hora. ABRIL, tentativa de retirar bomba presa aos 86m e recuperar poço. Não tivemos sucesso o tubo e dutos romperam aos 54 metros de profundidade ficando a bomba presa, poço desativado, lacrado e abandonado. OUTUBRO, Aprofundamento e recuperação de 1 poço na Comunidade "Família Quintino" (Quilombo) município de Pedro Gomes com profundidade de 331 metro e vazão de 5.000 litros por hora. DEZEMBRO, Recuperação de 2 poços: 1 poço no Assentamento Terra Boa município de Campo Grande e com ... metros de profundidade e vazão de ...; litros por hora. E 1 no Assentamento Canaã município de Bodoquena com profundidade de 138 metros e vazão de 22.500 litros por hora.					

Fonte: PlamsUS

Identificação da Ação	
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.	
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
SUBAÇÃO 47184 - SUEST/MS Implantação E Melhoria De Sistemas Públicos De Esgotamento Sanitário					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado

Física						
1	realizar 35 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário relativos a exercícios anteriores	visita realizada	unidade	35	21	60%
2	analisar 05 projetos de implantação de melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário relativos a exercícios anteriores	projeto analisado	unidade	5	2	40%
análise das metas						
1	fevereiro - ribas do rio pardo - tc/pac 1740/08 março - dourados - cv 1032/04 abril - vicentina - cv 167/07 maio - jatef (tc/pac 834/09); são gabriel do oeste (cv 2043/06); caarapó (cv 1648/07); iguatemi (tc/pac 1735/08) junho - bela vista (tc/pac 754/08 e tc/pac 745/09) e figueirão (tc/pac 1732/08) julho - fatima do sul (tc/pac 583/08); jardim (cv 2952/06) e corguinho (tc/pac 1729/08) agosto - dourados (cv 1032/04) e fátima do sul (tc/pac 583/08) outubro - douradina (tc/pac 743/08); paranhos (tc/pac 750/08); porto murinho (tc/pac 1738/08); bodoquena (tc/pac 672/09) e ribas do rio pardo (tc/pac 1740/08) novembro - paranaíba (cv 1033/04) no exercício de 2011 foram limitados em 40 diárias por técnico e reduzido o orçamento destinado a viagem sendo que a suest-ms procurou programar-se para o acompanhamento do pac2 prevendo a necessidade orçamentária e de diárias no final do exercício. espera-se programar as visitas não realizadas para o exercício de 2012					
2	foram analisados os projetos de eldorado/ms e jatef/ms. tc/pac 674/09 e tc/pac 834/2009, respectivamente. as três convenentes não conseguiram atender a documentação necessária para aprovação em 2012 iremos reiterar demandas de regularização de pendências para as convenentes.					

Fonte: PlamsUS

Identificação da Ação	
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.	
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Antonio da Motta Ribeiro	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47186 – SUEST/MS Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e controle de agravos						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
Física						
1	realizar 08 visitas de acompanhamento de obras de melhorias sanitárias domiciliares, relativos a exercícios anteriores.	visita realizada	unidade	8	8	100%
2	analisar 06 projetos de implantação de melhoria sanitária domiciliares relativos a exercícios anteriores	projeto analisado	unidade	6	0	0
análise das metas						
1	fevereiro - amambaí (tc/pac 763/08); coronel sapucaia (tc/pac 760/08); douradina (tc/pac 738/08); paranhos (tc/pac 740/08); japará (tc/pac 739/08); julho - coronel sapucaia (tc/pac 760/08); e porto murinho (tc/pac 761/08). setembro - ivinhema (tc/pac 137/08)					
2	as convenentes não apresentaram documentação suficiente para aprovação dos projetos. pretende-se reiterar demandas às convenentes no primeiro semestre de 2012					

Fonte: PlamsUS

Identificação da Ação	
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.	
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: Patrícia Valéria Vaz Areal	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
SUBAÇÃO 47243 – SUEST/MS Apoio a Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 HB					
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado

física						
1	apoiar tecnicamente 01 município com a elaboração de planos municipais de saneamento básico	município apoiado	unidade	1	1	100%
2	analisar 07 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos ao pmsb	plano de trabalho e orçamento analisado	unidade	7	7	100%
3	elaborar 2 pareceres finais referente aos demais produtos contidos no tr.	pareceres elaborados	unidade	2	0	0
4	analisar 02 diagnósticos técnico participativos do pmsb	diagnóstico elaborado	unidade	2	0	0
5	participar de 01 reunião do comitê de coordenação de elaboração do pmsb em caráter orientativo	participar em reunião	unidade	1	0	0
análise das metas						
1	a meta proposta na época da elaboração do po foi estimativa. no entanto são nove municípios que possuem convênios firmados com a funasa para pmsb. no ano de 2011 foram apoiados tecnicamente os nove municípios, com instruções sobre ajustes de plano de trabalho no siconv e elaboração de planilhas orçamentárias detalhadas conforme termo de referência funasa.					
2	no ano de 2011 foram analisadas as planilhas orçamentárias e emitidos ofícios de pendências para os 7 convênios de pmsb firmados com a funasa, dos municípios de batayporã (cv 423/10); itaquiraí (cv 430/10); são gabriel do oeste (441/10); chapadão do sul (cv 425/10); jardim (cv 434/10); costa rica (cv 428/10); japorã (cv 431/10). foram analisados e aprovados no siscon e siconv os cv 425/10 e cv 431/10. os outros cv possuem pendências técnicas, impeditivas de aprovação.					
3	são 2 cv firmados com a funasa no ano de 2009 - município de dois irmãos do buriti (cv 256/09) e município de bela vista (cv 255/09). no ano de 2010 foram firmados 7 cv - batayporã (cv 423/10); itaquiraí (cv 430/10); são gabriel do oeste (441/10); chapadão do sul (cv 425/10); jardim (cv 434/10); costa rica (cv 428/10); japorã (cv 431/10). foram analisados e aprovados no siscon e siconv os cv dos município de dois irmãos do buriti (cv 256/09) e município de bela vista (cv 255/09). não houve elaboração de pareceres finais referente aos demais produtos contidos no tr pois não foi liberada 1ª parcela pela funasa/presidência. a elaboração de pareceres finais está atrelada ao pagamento da 1ª parcela do cv. no exercício 2011 não houve por parte da funasa/presidência a liberação da 1ª parcela, fato este que inviabilizou a realização dos produtos a a k (conforme tr) do plano de trabalho aprovado no siscon e siconv. falta funasa/presidência realizar o empenho de acordo com a portaria 623/10 para liberação da 1ª parcela.					
4	são 2 cv firmados com a funasa no ano de 2009 - município de dois irmãos do buriti (cv 256/09) e município de bela vista (cv 255/09). no ano de 2010 foram firmados 7 cv - batayporã (cv 423/10); itaquiraí (cv 430/10); são gabriel do oeste (441/10); chapadão do sul (cv 425/10); jardim (cv 434/10); costa rica (cv 428/10); japorã (cv 431/10). foram analisados e aprovados no siscon e siconv os cv dos município de dois irmãos do buriti (cv 256/09) e município de bela vista (cv 255/09). não houve análise do relatório técnico-participativo pois não foi liberada 1ª parcela pela funasa/presidência. a análise do relatório técnico-participativo está atrelada ao pagamento da 1ª parcela do cv. no exercício 2011 não houve por parte da funasa/presidência a liberação da 1ª parcela, fato este que inviabilizou a realização da etapa 3 (produto c) do plano de trabalho aprovado no siscon e siconv. falta funasa/presidência realizar o empenho de acordo com a portaria 623/10 para liberação da 1ª parcela.					
5	são 2 cv firmados com a funasa no ano de 2009 - município de dois irmãos do buriti (cv 256/09) e município de bela vista (cv 255/09). no ano de 2010 foram firmados 7 cv - batayporã (cv 423/10); itaquiraí (cv 430/10); são gabriel do oeste (441/10); chapadão do sul (cv 425/10); jardim (cv 434/10); costa rica (cv 428/10); japorã (cv 431/10). foram analisados e aprovados no siscon e siconv os cv dos município de dois irmãos do buriti (cv 256/09) e município de bela vista (cv 255/09). não houve reunião do comitê de coordenação de elaboração do pmsb, pois para criação do comitê faz-se necessária a publicação de edital que é a etapa 1 do plano e trabalho aprovado no siscon. no entanto não foi liberada 1ª parcela pela funasa/presidência. a definição do comitê está atrelada ao pagamento da 1ª parcela do cv. no exercício 2011 não houve por parte da funasa/presidência a liberação da 1ª parcela, fato este que inviabilizou a realização da etapa 1 (produto a) do plano de trabalho aprovado no siscon e siconv. falta funasa/presidência realizar o empenho de acordo com a portaria 623/10 para liberação da 1ª parcela.					

Fonte: PlamsUS

Identificação da Ação	
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.	
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: Onivaldo Ferreira Coutinho	
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação	
SUBAÇÃO 47083 – SUEST/MS fomento a educação em saúde voltada para saneamento ambiental	

Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
física						
1	apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em 3 municípios conveniados com a funasa, contemplados com o recurso pac	município apoiado	unidade	3	3	100%
2	apoiar tecnicamente a realiação de 1 projeto de coleta de reciclagem no ambito do programa resíduos sólidos em ações de educação em saúde e mobilização social	projeto apoiado	unidade	1	1	100%
3	apoiar 2 municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados) com ações de educação em saúde e mobilização social	município beneficiado	unidade	2	0	0
4	sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de educação em saúde em 1 município conveniado com a funasa e contemplados com recurso do pac	município beneficiado	unidade	1	0	0
5	apoiar 16 munípios na implantação/implementação dos núcleos de educação em saúde nos municípios atendidos com recurso funasa	município apoiado	unidade	16	16	100%
6	apoiar 16 municípios na implantação de ações educaivas referentes ao program de educação em saúde e mobilização social - pesms nos convenios celebrados com a funasa em exercícios anteriores a 2006.	município apoiado	unidade	16	12	75%
7	elaborar 1 plano de ação com implementação, com vista a esclarecer, sugerir e orientar a participação dos gestores e técnicos da funasa, no controle da dengue em seus municípios	plano de atuação elaborado	unidade	1	1	100%
8	apoiar 3 municípios conveniados com a funasa, para implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde e mobilização social nos projetos de saneamento básico (outros recursos não pac)	município apoiado	unidade	3	3	100%
9	apoiar tecnicamente, por meio dos núcleos intersetoriais de cooperação técnica (nict), 9 municípios na elaboração dos planos municipais de saneamento básico (pmsb)	município beneficiado	unidade	9	9	100%
análise das metas						
1	auxilio técnico aos municípios de bela vista dois irmãos do buriti e jardim apoio através de reuniões com gestores municipais e secretariados para discutir a importacia da implantação de ações de educação e saúde para o controle de agravos nas obras pactuadas através de convênio contemplados com recursos do pac.					
2	apoio técnico a coopedativa de catadores coopervida em campo grande.objetivo auxulia-la na organização, estruturação e gestão, ação conjunta funasa, bb, correios e unisol.					
3	meta não executada, devido ao foco nas ações do sesam estarem voltadas para os municípios contemplados com recurso da funasa para elaboraração do plano municipal de saneamento básico -pmsb. será necessário refazer a programação para atender a demanada no exercício de 2012					
4	foi progamado um seminário para o mês de outubro de 2011 em campo grande porém o processo para licitação de compra de materiais não foi agilizado em tempo hábil. será necessário refazer a programação para atender a demanda no exercício de 2012					
5	apoio técnico nos municípios: santa rita do pardo/ms, vicentina/ms, itaporã/ms,panhos/ms, deodápolis/ms, amambai/ms, dois irmãos do buriti/ms,aquidauana/ms navirai/ms, três lagoas/ms, aral moreira gloria de dourados/ms, sete quedas/ms na implantação dos núcleos de educação em saúde nos municípios atendidos com recurso funasa					
6	visita in loco para emissão de pareceres e apoio técnicos nas ações/ atividades do programa educação e saúde e mobilização social-pesms. municípios de: santa rita do pardo, vicentina, itaporã, paranhos, doedapolis, amambai, dois irmãos do buriti, aquidauana, navirai, aral moreira, glória de dourados e seta quedas.conforme a descrição anterior de 16 municípios, amambai foi analisado 3 convênios e aquidauana 2 convênios					
7	criação de uma comissão interna da suest/ms para monitorar as dependencias da instituição para o controle da dengue.					
8	reunião com os gestores municipais dos municípios de aquidauna, jardim e bela vista para implementação das cções de educação em saúde e mobilização social nos projetos de saneamento básico (outros recursos não pac					
9	apoio técnico na elaboração e analise dos convênios dos municípios selecionados para elaboração do plano municipal de saneamento básico, municípios de: dois irmãos do buriti, bela vista, jardim, são gabriel do oeste, chapadão do sul, costa rica, batayporã, japora e itaquirai.					

Fonte: PlamsUS

Identificação da Ação
Denominação: 20AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Vilma Ramos Feitosa
Unidade Executora: Departamento de Saúde Ambiental (DESAM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47103 – SUEST/MS apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
física						
1	apoiar 7 projetos de controle de qualidade da água para consumo humano de exercícios anteriores	Projeto apoiado	Unidade	7	5	71,42%
2	analisar 1 projeto de apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	1	1	100%
3	aquisição de 1 unidade móvel de controle da qualidade da água	Unidade adquirida	Unidade	1	1	100%
4	realizar 13 visitas de acompanhamento de controle de qualidade da água para consumo humano, conforme demanda dos municípios de Mato Grosso do Sul	Visitas realizadas	Unidade	13	7	53,84%
análise das metas						
1	MAIO - foi realizado apoio técnico em São Gabriel do Oeste na implantação do Laboratório de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (análise do terreno para construção do Laboratório). JULHO - foram realizadas visitas para apoio em 3 projetos de qualidade de água nos municípios de Corginho, Rochedo e Jaraguari No início do exercício estimou-se que haveriam no mínimo 7 demandas, pois existem 7 municípios com Sistemas de Autônomo de Água e Esgoto SAAE, mas no decorrer do ano apenas 4 municípios demandaram o apoio técnico Em 2012 retornaremos a estabelecer contato com os municípios que possuem SAAE.					
2	foi encaminhado o Pré-projeto do Laboratório de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico em São Gabriel do Oeste a este Serviço de Saúde Ambiental, o qual realizou pré-análise e encaminhou informações a FUNASA/Presidência.					
3	No mês de Dezembro foi assinado o contrato para aquisição da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água.					
4	foram realizadas visitas nos municípios de Corginho, Rochedo e Jaraguari, Dourados, Amambai e Caarapo. Houve um planejamento para conter despesas com diárias no 1º semestre do exercício de 2011, atendendo Decreto nº 7.446, de 1 de março de 2011. O que acarretou a revisão das ações estimadas. Em 2012 iremos refazer a programação para atender todos os municípios no exercício de 2012					

Fonte: PlamsUS

Identificação da Ação	
Denominação: 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: Patrícia Valeria Vaz Areal	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47185 – SUEST/MS gestão e administração do programa (PAC02)						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
física						
1	realizar 50 visitas locais para definição da contratação de projetos	visita realizada	unidade	50	50	100%
2	realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta	visita realizada	unidade	34	36	105,88%
3	realizar entrevistas com municípios pré-selecionados para realização de obras	entrevistas realizadas	unidade	100	100	100%
análise das metas						
1	foram realizadas visitas para definição de contratação de projetos em 50 projetos dentre eles: 23 projetos SAAE e 27 projetos de MSD.					
2	foram realizadas 36 visitas técnicas preliminares: 8 localidades SAAE; 18 localidades SAAE e 10 localidades MSD.					
3	foram realizados 100 entrevistas sendo: 29 SAAE, 12 MSD e 59 SAAE.					

Fonte: PlamsUS

Meta financeira por programa/ação elemento de despesa	
programa – ação	orçamento disponibilizado / executado
0122-10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes,	não houve descentralização orçamentária para esta ação
programa – ação	orçamento disponibilizado / executado
0122-10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de	não houve descentralização orçamentária para esta ação

Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes,		orçamento disponibilizado / executado		
programa – ação		orçamento disponibilizado / executado		
0122-7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos		não houve descentralização orçamentária para esta ação		
programa – ação		orçamento disponibilizado / executado		
0122-20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.		não houve descentralização orçamentária para esta ação		
programa – ação		orçamento disponibilizado / executado		
0122-20AF - Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.		não houve descentralização orçamentária para esta ação		
elemento de despesa	Programa ação	plano interno	orçamento disponibilizado	despesas executadas
14 diárias pessoal civil	0122-6909	FBEDUMS - fim saúde ambiental - educação em saúde-MS	6.300,94	6.300,94
30 outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			2.819,98	2.819,98
36 outros serviços de terceiros - pessoa física			796,50	796,50
Total			9.917,42	9.917,42
elemento de despesa	Programa ação	plano interno	orçamento disponibilizado	despesas executadas
52 Equip. e material permanente – OP. INTRA-ORC	0122-20AF	Ms01323 – sis mon agua – const. lab aq equip/ms	272.000,00	272.000,00
Total			272.000,00	272.000,00
elemento de despesa	Programa ação	plano interno	orçamento disponibilizado	despesas executadas
14 diárias pessoal civil	0122-2272	MBQUAMS - meio - saude ambiental - qualidade da agua-MS	4.028,91	4.028,91
36 outros serviços de terceiros - pessoa física			973,50	973,50
14 diárias pessoal civil		MSSOCMS - meio - saneamento - supervisão obra convenio-MS	94.396,30	94.396,30
36 outros serviços de terceiros - pessoa física			7.080,00	7.080,00
Total			106.478,71	106.478,71
Total de custeio do Programa 0122			388.396,13	388.396,13

Fonte: Siafi-Gerencial

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	
Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Gilson de Carvalho Queiroz Filho - Funasa	Responsável: Patrícia Valéria Vaz Areal
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação	
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Propiciar resolutibilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.	
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde	
Coordenador da Ação: José Antonio da Motta Ribeiro	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47223 – SUEST/MS implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
Física						
1	analisar 06 projetos de saneamento ambiental em comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes referente a exercícios anteriores	projeto analisado	unidade	6	0	0
2	realizar 13 visitas de acompanhamento de obras de	visita realizada	unidade	13	10	76,92

	implantação, ampliação e melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, especiais relativas a exercícos anteriores				
análise das metas					
1	as convenientes não apresentaram documentação suficiente para a aprovação. em 2012 serão reiteradas demandas às convenientes				
2	janeiro - caracol (cv2994/06) fevereiro - jaraguari (tc/pac 528/07 e cv1442/04); maracajú (tc/pac 529/07); sonora (tc/pac 530/07); amambaí (cv2953/06) ; bodoquena (cv842/06) e aquidauana (tc/pac 526/07). julho - jaraguari (tc/pac 528/07) setembro - maracaju (tc/pac 529/07) no exercicio de 2011 foram limitados em 40 diárias por técnico e reduzido o orçamento destinado a viagem sendo que a suest-ms procurou programar-se para o acompanhamento do pac2 prevendo a necessidade orçamentária e de diárias no final do exercíco. em 2012 iremos programar as viagens não realizadas no exercicio de 2012				

Fonte: PlamsUS

Identificação da Ação	
Denominação: 2272 – Gestão e Administração do Programa	
Tipo de Ação: Atividade	
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde	
Coordenador da Ação: José Antonio da Motta Ribeiro	
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP	

Fonte: Sigplan

Meta financeira por programa/ação elemento de despesa						
elemento de despesa		Programa ação	plano interno	orçamento disponibilizado	despesas executadas	
51	obras e instalações - OP. INT ORC	1287-7656	MS01180 - abastecimento de agua/MS - Assentamentos	1.405.481,44	1.405.481,44	
			MS01338 - san quilombolas/rural - elab de proj/na	188.100,00	188.100,00	
Total				1.593.581,44	1.593.581,44	
elemento de despesa		Programa ação	plano interno	orçamento disponibilizado	despesas executadas	
14	diárias pessoal civil	1287-2272	MBGSAMS - meio saude ambiental-gestão serviços-ms	5.056,78	5.056,78	
30	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			31.164,94	31.164,94	
36	outros serviços de terceiros - pessoa física			796,50	796,50	
14	diárias pessoal civil		MSPCOMS - meio saneamento - construção de poços-ms	42.807,71	42.807,71	
30	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			112.754,86	112.754,86	
36	outros serviços de terceiros - pessoa física			8.319,00	8.319,00	
39	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			181.150,73	181.150,73	
14	diárias pessoal civil		MSMPOMS - meio saneamento - manutenção de poço-ms	7.795,39	7.795,39	
30	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica			146.165,39	146.165,39	
36	outros serviços de terceiros - pessoa física			177,00	177,00	
Total				536.188,30	536.188,30	
Total de custeio do Programa 1287				2.129.769,74	2.129.769,74	

Fonte: Siafi-Gerencial

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	
Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	Responsável: Ruy Gomide Barreira - Funasa
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação	
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	
Tipo de Ação: Projeto	
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e	

destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.

Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47224 - SUEST/MS implantação de melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/Esperado	
Física						
1	analisar 18 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de resíduos sólidos de exercícios anteriores	projeto analisado	unidade	18	0	0
2	realizar 19 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas a exercícios anteriores	visita realizada	unidade	19	8	42,10%
análise das metas						
1	as convenientes não apresentaram documentos suficientes para aprovação dos projetos. em 2012 iremos reiterar demandas as convenientes					
2	fevereiro - fatima do sul (cv 420/03) junho - corumbá (cv 1166/07) julho - jardim (cv 1587/07) agosto - bataiporã (cv 522/09) outubro - visita do cv 491/09 - pm gloria de dourados/ms; e taquarussu cv 1649/07 dezembro - visita do cv 491/09 - pm gloria de dourados/ms e cv 222/10 - pm cassilândia a meta não foi atingida tendo em vista o decreto 7.446 de 1 de março de 2011 e o acompanhamento do pac 2 iremos programar as visitas não realizadas para o exercício de 2012					

Fonte: PlamsUS

elemento de despesa	
programa - ação	orçamento disponibilizado / executado
8007-10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes	não houve descentralização orçamentária para esta ação

Fonte: Siafi-Gerencial

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	
Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Marcos Roberto Muffareg - Funasa
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 2000 - Administração da Unidade
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar

subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Valteir Lopes Pereira

Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47943 – SUEST/MS Implantação do programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
Física						
1	desenvolver pelo menos 5 ações de promoção a saúde, sendo uma delas ginástica laboral	Ações implementadas	Unidade	5	5	100%
análise das metas						
1	atraves de atividades de alongamento. houve no mes de novembro a aquisição de materiais para pilates e outros. MARÇO teve inicio as ações de visitas domiciliares a servidores com dependencia quimica, que perdurou no exercicio de 2011. totalizando 7 servidores visitados o que não representa apenas 7 visitas mas um acompanhamento. Esse quantitativo em relação a exercicios anteriores apresenta uma diminuição perceptiva em decorrência da descentralização dos servidores de campo para o Ministério da Saúde. MAIO iniciou as atividades de ações de controle ao TABACO, através de uma sensibilização nos 7 andares do predio da SUEST-MS, com membros da comissão de apoio antitabagista. neste mes uma atividade de grande importancia ocorreu, o tratamento medicamentoso para os interessados em parar de fumar. Durante todo o ano de 2011, foram realizadas eventos como palestras, entrevistas em televisão, rádio, exposições do trabalho em praça pública em parceria com Secretarias e ONGs. JUNHO ocorreram na SUEST-MS atividades que iniciaram as ações de redução de peso e controle da hipertensão arterial e diabetes, através de informações nutricionais, elaboração de questionário, bem como, realização de glicemia capilar em jejum para detecção de possíveis casos de diabetes, através de colaboração da enfermeira e parceira com alunos da Escola de Saude Publica, tais informações foram condensadas, constatando-se 20porcento de casos de hipertensos e 13porcento de diabéticos que foram monitorados e encaminhados para tratamento médico.					

Fonte: PlamsUS

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 40578 – SUEST/MS melhoria do ambiente de trabalho - laudo de avaliação ambiental						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
Física						
1	constituir grupo de trabalho, por meio de portaria, para promoção e acompanhamento da aplicação das medidas corretivas apontadas no laudo	ato editado	unidade	1	0	0
análise das metas						
1	devido a transição da saúde indígena para a secretaria especial do índio, que ocupa espaço físico considerável no prédio da suest-ms,deverá ocorrer alterações no laudo ambiental, bem como a diminuição do quantitativo de servidores. após efetiva saída das ações que cabem a sesai, e remodelação da estrutura física da suest-ms, será constituído grupo de trabalho para pronunciar possíveis alterações no laudo ambiental.					

Fonte: PlamsUS

Identificação da Ação	
Denominação: 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	
Tipo de Ação: Não informado	
Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.	
Descrição: Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	
Coordenador da Ação: Valteir Lopes Pereira	
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47923 – SUEST/MS assistência médica aos servidores e empregados públicos (exames periódicos)						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
Física						
1	realizar exames periódicos em 24 servidores descentralizados	servidor beneficiado	unidade	24	0	0
2	realizar exames médicos periódicos em 117 em exercício na suest-ms	servidor beneficiado	unidade	117	0	0
análise das metas						
1	com a finalidade de atender o disposto no ar 206-a da lei 8.112/90, que é parte integrante da politica de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal. esta superintendencia estadual, juntamente com a capesesp mato grosso do sul, efetuou as primeiras convocações dos servidores a partir de 30/08/2011. assim, de um total de 138 servidores da suest/ms, haviam 102 em condições de efetuar os exames					

	<p>periódicos, sendo que destes 14 lotados no interior do estado. foi realizado a convocação dos 102 servidores aptos a realizar os exames. destes * 63 confirmaram os exames; * 3 recusaram os exames e * 3 tiveram no siapenet saúde a situação como iniciados nos emp, sem emissões de asos. foram realizados um total de 119 exames sendo eles: 6 mamografia; 51 oftalmologicos e 62 laboratoriais. embora ocorreram todas as atividades para a realização dos exames estes não foram concluídos que conforme determina a portaria 04 de 15/09/2009, os exames seriam concluídos com a emissão dos atestados de saúde ocupacional aso.</p> <p>sendo que a capesesp não conseguiu operacionalizar o sistema siapenet saúde para emissão do asos. esperamos regularizar a situação junto a capesesp, para o exercício de 2012.</p>
2	<p>com a finalidade de atender o disposto no ar 206-a da lei 8.112/90, que é parte integrante da politica de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal. esta superintendencia estadual, juntamente com a capesesp mato grosso do sul, efetuou as primeiras convocações dos servidores a partir de 30/08/2011. assim, de um total de 138 servidores da suest/ms, haviam 102 em condições de efetuar os exames periódicos, sendo que destes 14 lotados no interior do estado. foi realizado a convocação dos 102 servidores aptos a realizar os exames. destes * 63 confirmaram os exames; * 3 recusaram os exames e * 3 tiveram no siapenet saúde a situação como iniciados nos emp, sem emissões de asos. foram realizados um total de 119 exames sendo eles: 6 mamografia; 51 oftalmologicos e 62 laboratoriais. embora ocorreram todas as atividades para a realização dos exames estes não foram concluídos que conforme determina a portaria 04 de 15/09/2009, os exames seriam concluídos com a emissão dos atestados de saúde ocupacional aso.</p> <p>sendo que a capesesp não conseguiu operacionalizar o sistema siapenet saúde para emissão do asos. esperamos regularizar a situação junto a capesesp, para o exercício de 2012.</p>

Fonte: PlamsUS

Meta financeira por progama/ação elemento de despesa							
elemento de despesa		Programa ação	plano interno	orçamento disponibilizado	despesas executadas		
92	despesas de exercícios anteriores	0750-2000	MAESTMS meio adminstração estagiários ms	396,00	396,00		
			total	396,00	396,00		
52	equip. e material permanente - op.intra-orc		MAGEUMS meio adm - gestão equipamentos da unidade-ms	46.954,48	46.954,48		
			total	46.954,48	46.954,48		
52	equip. e material permanente - op.intra-orc		MAGEUPS meio adminstração gestão de que-pres	2.468,44	2.468,44		
			total	2.468,44	2.468,44		
14	diárias pessoal civil		MAGMUMS meio administração gestão e manutenção - ms		90.822,88	90.822,88	
30	outros serviços de terceiros pessoa jurídica				411.605,22	411.605,22	
33	passagens e despesas com locomoção				309,32	309,32	
36	outros serviços de terceiros pessoa física				24.479,10	24.479,10	
37	locação de mao de obra				1.105.252,27	1.105.252,27	
39	outros serviços de terceiros pessoa jurídica				1.190.004,03	1.190.004,03	
47	obrig. tribut. E contrib-op. Intra-orçamentárias				26.011,12	26.011,12	
92	despesas de exercícios anteriores				91.875,30	91.875,30	
93	indenizações e restituições				3.328,45	3.328,45	
				total	2.943.687,69	2.943.687,69	
39	outros serviços de terceiros pessoa jurídica			MAGOUMS meio administração gestão obras e reformas -ms	99.998,44	99.998,44	
				total	99.998,44	99.998,44	
30	outros serviços de terceiros pessoa jurídica			MASAOMS meio administração saúde ocupacional ms	5.145,00	5.145,00	
			total	5.145,00	5.145,00		
8	outros benefícios assistenciais	MPATIMS meio pessoal ativo ms	5.692,25	5.692,25			
			total	5.692,25	5.692,25		
Total de custeio do Programa 0750				3.104.342,30	3.104.342,30		

Fonte: Siasi Gerencial

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	
Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Marcia Aparecida do Amaral – Ministério da Saúde	Responsável: Arionaldo Bonfim Rosendo – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: Joselias Ribeiro da Silva
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
SUBAÇÃO 47363 – SUEST/MS capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação						
Meta Programada	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010			
			Esperado	Alcançado	Alcançado/ Esperado	
Física						
1	promover a participação de 107 servidores públicos federais em eventos de capacitação	n°. de participação	unidade	107	117	109,35%
análise das metas						
1	fevereiro: oficina sobre avaliação de desempenho; siafi gerencial; maio: i seminário de coleta solidária; licitações e contratos de acordo com o tcu e os tribunais superiores; arcabouço legal para a gestão integrada de recursos hídricos; curso de informática básica; julho: gestão de frotas de veículos; capacitação de gestores públicos federais; extrator de dados e data warehouse; agosto: oficina de reformulação da noc e da norma orientadora de estágio; oficina de exames periódicos; seminário sobre licitações e sustentabilidade ambiental; setembro: curso de planilhas de composição de custos; 26º congresso brasileiro de engenharia sanitária e ambiental; outubro: retenção de tributos e contribuições sociais na contratação de bens e serviços no setor público; novembro: curso básico de língua brasileira de sinais - libras; curso de convênios, contratos de repasse e termos de cooperação(para os procuradores); gestão de convênios e de contratos de repasse(enap); gestão de convênios, termos de compromisso e prestação de contas - módulo ii.					

Fonte: PlamsUS

Meta financeira por progama/ação elemento de despesa				
elemento de despesa	Programa ação	plano interno	orçamento disponibilizado	despesas executadas
14 diarias pessoal civil	0016-4572	MACAPMS meio administração capacitação ms	12.020,15	12.020,15
39 outros serviços de terceiros pessoa jurídica			44.692,60	44.692,60
Total de custeio do Programa 00016			56.712,75	56.712,75

Fonte: Siafi Gerencial

2.3.2 Resumo da execução física das subações realizadas pela UJ.

Como observado nos quadros acima as Ações de responsabilidades da Superintendência é dividida em subações onde é estabelecido metas a serem buscadas no exercício. Neste demonstrativo serão relacionadas de forma resumida e clara as ações constantes da LOA do exercício de 2011 e de responsabilidade da Superintendencia do Estado de Mato Grosso do Sul constando 12 itens de informações. Importante dizer que a UJ não faz acompanhamento da execução financeira da subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

QUADRO A.2.2. – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub função	Prog.	Ação	Tipo	Prior.	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. Med.	Execução Física	
										Meta Prevista	Meta realizada
10	512	20AG	A	3	47243 – SUEST/MS Apoio a Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 HB	apoiar tecnicamente 01 município com a elaboração de planos municipais de saneamento básico	município apoiado	Um.	1	1	
						analisar 07 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos ao pmsb	plano de trabalho e orçamento analisado	Um.	7	7	
						elaborar 2 pareceres finais referente aos demais produtos contidos no tr.	pareceres elaborados	Um.	2	0	
						analisar 02 diagnósticos técnico participativos do pmsb	diagnóstico elaborado	Um.	2	0	
						participar de 01 reunião do comitê de coordenação de elaboração do pmsb em caráter orientativo	participar em reunião	Um.	1	0	
10	122	2272	A	4	47185 – SUEST/MS gestão e administração do programa (PAC02)	realizar 50 visitas local para definição da contratação de projetos	visita realizada	Um.	50	50	
						realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta	visita realizada	Um.	34	36	
						realizar entrevistas com municípios pre selecionados para realização de obras	entrevistas realizadas	Um.	100	100	
10	512	7652	P	1	47186 – SUEST/MS Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e controle de agravos	realizar 08 visitas de acompanhamento de obras de melhorias sanitárias domiciliares, relativos a exercícios anteriores.	visita realizada	Um.	8	8	
						analisar 06 projetos de implantação de melhoria sanitária domiciliares relativos a exercícios anteriores	projeto analisado	Um.	6	0	
10	512	10GD	P	1	47983 – SUEST/MS Implantação de Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	analisar 1 projeto de implantação e melhoria de sistema públicos de abastecimento de água, relativos a exercícios anteriores	Projeto analisado	Um.	1	0	
						realizar 33 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, relativas a exercícios anteriores	Visita realizada	Um.	33	24	
						construir 10 poços tubulares	Poço construído	Um.	10	15	
						realizar conserto e manutenção de 7 equipamentos de perfuração de poços tubulares	Equipamento recuperado	Um.	7	2	
10	512	10GE	P	1	47263 – SUEST/MS Construção de poços tubulares para abastecimento público de água	recuperar 5 poços tubulares	Poço recuperado	Um.	5	5	
						47184 - SUEST/MS Implantação e Melhoria De Sistemas Públicos De Esgotamento Sanitário	realizar 35 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário relativos a exercícios anteriores	visita realizada	Um.	35	21

							analisar 05 projetos de implantação de melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário relativos a exercícios anteriores	projeto analisado	Um.	5	2
10	122		2272	A	4		Não houve subação para esta ação				
0	511	1287	7656	P	1	47223 – SUEST/MS implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais	analisar 06 projetos de saneamento ambiental em comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes referente a exercícios anteriores	projeto analisado	un.	6	0
							realizar 13 visitas de acompanhamento de obras de implantação, ampliação e melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, especiais relativas a exercícios anteriores	visita realizada	Um.	13	10
10	512	8007	10GG	P	3	47224 - SUEST/MS implantação de melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos	analisar 18 projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de resíduos sólidos de exercícios anteriores	projeto analisado	Um.	18	0
							realizar 19 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, relativas a exercícios anteriores	visita realizada	Um.	19	8
SÁUDE AMBIENTAL											
10	512	0122	20AF	A	3	47103 – SUEST/MS apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano	apoiar 7 projetos de controle de qualidade da água para consumo humano de exercícios anteriores	Projeto apoiado	Um.	7	5
							analisar 1 projeto de apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano de exercícios anteriores	Projeto analisado	Um.	1	1
							aquisição de 1 unidade móvel de controle da qualidade da água	Unidade adquirida	Um.	1	1
							realizar 13 visitas de acompanhamento de controle de qualidade da água para consumo humano, conforme demanda dos municípios de matto grosso do sul	Visitas realizadas	Um.	13	7
10	541	0122	6908	A	3	47083 – SUEST/MS fomento a educação em saúde voltada para saneamento ambiental	apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em 3 municípios conveniados com a funasa, contemplados com o recurso pac	município apoiado	Um.	3	3
							apoiar tecnicamente a realiação de 1 projeto de coleta de reciclagem no âmbito do programa resíduos sólidos em ações de educação em saúde e mobilização social	projeto apoiado	Um.	1	1
							apoiar 2 municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados) com ações de educação em saúde e mobilização social	município beneficiado	Um.	2	0
							sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de educação em saúde em 1 município conveniado com a funasa e contemplados com recurso do pac	município beneficiado	Um.	1	0
							apoiar 16 municípios na implantação/implementação dos núcleos de educação em saúde nos municípios atendidos com recurso funasa	município apoiado	Um.	16	16
							apoiar 16 municípios na implantação de ações educacionais referentes ao programa de educação em saúde e mobilização social - pesms nos convenios celebrados com a funasa em exercícios anteriores a 2006.	município apoiado	Um.	16	12
							elaborar 1 plano de ação com implementação, com vista a esclarecer, sugerir e orientar a participação dos gestores e técnicos da funasa, no controle da dengue em seus municípios	plano de atuação elaborado	Um.	1	1
							apoiar 3 municípios conveniados com a funasa, para implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde e mobilização social nos projetos de saneamento básico (outros recursos não pac)	município apoiado	Um.	3	3

						apoiar tecnicamente, por meio dos núcleos intersetoriais de cooperação técnica (nict), 9 municípios na elaboração dos planos municipais de saneamento básico (pmsb)	município beneficiado	Um.	9	9	
GESTÃO											
10	128	0016	4572	A	3	47363 – SUEST/MS capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	promover a participação de 107 servidores públicos federais em eventos de capacitação	n°. de participação	Um.	107	117
10	122	0750	2000	A	4	47943 – SUEST/MS Implantação de programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO	desenvolver pelo menos 5 ações de promoção a saúde, sendo uma delas ginástica laboral	Ações implementadas	Um.	5	5
						40578 – SUEST/MS melhoria de ambiente de trabalho - laudo de avaliação ambiental	constituir grupo de trabalho, por meio de portaria, para promoção e acompanhamento da aplicação das medidas corretivas apontadas no laudo	ato editado	Um.	1	0

Fonte: PlamsUS

2.4 - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 – Programação orçamentária da despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência do Estado de Mato Grosso do Sul	255012	36211

2.4.2. – Programação de despesas correntes

Este item não se aplica a SUEST-MS, pois as operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da FUNASA.

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES				Valores em R\$ 1,00				
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA A SUEST-MS					
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

2.4.3 – Programação de despesas de capital

Este item não se aplica a SUEST-MS, pois as operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da FUNASA.

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL				Valores em R\$ 1,00				
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA A SUEST-MS					
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

2.4.3.1 – Quadro resumo da programação de despesas

Este item não se aplica a SUEST-MS, pois as operações de programação de despesas é de responsabilidade da Presidência da FUNASA.

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS				Valores em R\$ 1,00				
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
E DI F	Dotação proposta pela UO		NÃO SE APLICA A SUEST-MS					
	PLOA							
	LOA							
Suplementares								

	Especiais	Abertos
		Reabertos
	Extraordinários	Abertos
		Reabertos
Créditos Cancelados		
Outras Operações		
Total		

2.4.3.2 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

O quadro abaixo, denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada a UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada a UJ que não componha o Relatório de Gestão).

quadro A.2.7 - movimentação orçamentária por grupo de despesa - EXTERNA			valores em r\$ 1,00
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms		
mês de referência	dezembro		
tipo de valor	saldo atual		
unidade orçamentária	36901 fundo nacional de saude		
função/subfunção/programa/projeto_atividade		item de informação	grupo de despesa
			3
1012201502272	gestão e administração do programa	provisão recebida	813.574,08
1012212872272	gestão e administração do programa	provisão recebida	518.223,27
1042301508743	promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indíge	provisão recebida	5.112.226,02

Fonte:CGPLA/PRESIDENCIA

quadro A.2.7 - movimentação orçamentária por grupo de despesa - INTERNA			valores em r\$ 1,00
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms		
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude		
mês de referência	dezembro		
tipo de valor	saldo atual		
grupo de despesa	função/subfunção/programa/projeto_atividade	item de informação	provisão recebida
1	pessoal e encargos sociais	0927200890181 pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis	11.361,42
		1012207502000 administração da unidade	5.692,25
3	outras despesas correntes	1012201222272 gestão e administração do programa	106.478,71
		1012207502000 administração da unidade	4.958.879,14
		1012212872272 gestão e administração do programa	536.188,30
		1012800164572 capacitação de servidores públicos federais em processo de q	56.712,75
		1054101226908 fomento à educação em saúde voltada para o saneamento ambien	9.917,42
4	investimentos	1012207502000 administração da unidade	49.422,92
		1051112877656 implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento	1.593.581,44
		10512012220af apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano	272.000,00

Fonte:CGPLA/PRESIDENCIA

2.4.4 – Execução orçamentária da despesa

Este item não se aplica a SUEST-MS, pois esta UJ não possui créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

2.4.4.1 – Execução orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.4.1.1. – Despesas por Modalidade de Contratação

Não se aplica a SUEST-MS.

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ				Valores em R\$	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		1,00
	2009	2010	2009	2010	
Modalidade de Licitação	NÃO SE APLICA A SUEST-MS				
Convite					
Tomada de Preços					
Concorrência					
Pregão					
Concurso					
Consulta					
Registro de Preços					
Contratações Diretas					
Dispensa					
Inexigibilidade					
Regime de Execução Especial					
Suprimento de Fundos					
Pagamento de Pessoal					
Pagamento em Folha					
Diárias					
Outros					

2.4.4.1.2. – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa

Não se aplicam a SUEST-MS, pois esta UJ não possui créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ						Valores em R\$		
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	NÃO SE APLICA A SUEST-MS							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.4.4.1.3. – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa

Não se aplicam a SUEST-MS, pois esta UJ não possui créditos iniciais recebidos diretamente da LOA.

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ						Valores em R\$		
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	NÃO SE APLICA A SUEST-MS							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								

3º elemento de despesa	
Demais elementos do grupo	

2.4.4.2 – Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos.

2.4.4.3 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

quadro a.2.11 - despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação - diárias			valores em R\$ 1,00	
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms			
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude			
mês de referência	dezembro			
tipo de valor	saldo atual			
modalidade de licitação			item de informação	
			valores pagos	
08	08 33901414	não se aplica	33901414	263.229,06
	08 33903602		33903602	42.621,60

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

quadro a.2.11 - despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação - externa			valores em R\$ 1,00
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms		
unidade orçamentária	36901 fundo nacional de saúde		
mês de referência	dezembro		
tipo de valor	saldo atual		
modalidade de licitação			item de informação
			valores pagos
06	dispensa de licitação		1.685.868,12
07	inexigível		77.369,37
08	não se aplica		19.071,25
09	suprimento de fundos		32.398,08
12	pregão		3.810.884,58

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

quadro a.2.11 - despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação - interna			valores em R\$ 1,00
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms		
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude		
mês de referência	dezembro		
tipo de valor	saldo atual		
modalidade de licitação			item de informação
			valores pagos
06	dispensa de licitação		1.825.352,28
07	Inexigível		192.336,68
08	não se aplica		444.374,51
09	suprimento de fundos		73.458,42
12	Pregão		2.527.042,48

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

quadro a.2.11 - despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação – interna folha de pagamento			valores em R\$ 1,00
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms		
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude		
mês de referência	dezembro		
tipo de valor	saldo atual		
ug/gestão executora			item de informação
			empenho folha pago
255012/36211			17.053,67

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

2.4.5 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

quadro a.2.12 - despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação						valores em r\$ 1,00	
EXTERNA							
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms						
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude						
mês de referência	dezembro						
tipo de valor	saldo atual						
grupo de despesa	elemento de despesa		item de informação				
			total empenhado	rp não proc.inscrição	crédito emp. liquidado	valores pagos	
3	outras despesas correntes	30	outros servicos de terceiros-pessoa juridica	664.668,58	74.149,65	590.518,93	590.518,93
		36	outros servicos de terceiros - pessoa fisica	100.568,36	8.488,45	92.079,91	92.079,91
		37	locacao de mao-de-obra	3.751.642,25	367.152,25	3.384.490,00	3.384.490,00
		39	outros servicos de terceiros-pessoa juridica	1.907.798,43	365.041,62	1.542.756,81	1.542.756,81
		47	oblig.tribut.e contrib-op.intra-orcamentarias	19.226,45	3.600,00	15.626,45	15.626,45
		93	indenizacoes e restituicoes	119,30		119,30	119,30

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

quadro a.2.12 - despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação						valores em r\$ 1,00	
INTERNA							
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms						
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude						
mês de referência	dezembro						
tipo de valor	saldo atual						
grupo de despesa	elemento de despesa		total empenhado	crédito empenhado liquidado	rp não processados inscrição	valores pagos	
							1
3	outras despesas correntes	14	diarias - pessoal civil	263.229,06	263.229,06	0,00	263.229,06
		30	outros servicos de terceiros-pessoa juridica	929.962,87	695.973,89	233.988,98	695.973,89
		33	passagens e despesas com locomocao	309,32	309,32	0,00	309,32
		36	outros servicos de terceiros - pessoa fisica	90.952,81	90.952,81	0,00	90.952,81
		37	locacao de mao-de-obra	2.124.686,37	2.033.929,89	90.756,48	2.033.929,89
		39	outros servicos de terceiros-pessoa juridica	2.122.800,23	1.842.093,87	280.706,36	1.842.093,87
		47	oblig.tribut.e contrib-op.intra-orcamentarias	30.978,81	30.608,68	370,13	30.608,68
		92	despesas de exercicios anteriores	101.928,40	101.928,40	0,00	101.928,40
4	Investimentos	93	indenizacoes e restituicoes	3.328,45	3.328,45	0,00	3.328,45
		51	obras e instalacoes - op.int.orc.	1.593.581,44	0,00	1.593.581,44	0,00
		52	equip.e material permanente - op.intra-orc.	321.422,92	210,00	321.212,92	210,00

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

2.4.6 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

quadro a.2.13 - despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação						valores em r\$ 1,00	
INTERNA							
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms						
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude						
mês de referência	dezembro						
tipo de valor	saldo atual						
grupo de despesa	elemento de despesa		total empenhado	crédito empenhado liquidado	rp não processados inscrição	valores pagos	
							1
3	outras despesas correntes	14	diarias - pessoal civil	263.229,06	263.229,06	0,00	263.229,06
		30	outros servicos de terceiros-pessoa juridica	929.962,87	695.973,89	233.988,98	695.973,89
		33	passagens e despesas com locomocao	309,32	309,32	0,00	309,32
		36	outros servicos de terceiros - pessoa fisica	90.952,81	90.952,81	0,00	90.952,81
		37	locacao de mao-de-obra	2.124.686,37	2.033.929,89	90.756,48	2.033.929,89
		39	outros servicos de terceiros-pessoa juridica	2.122.800,23	1.842.093,87	280.706,36	1.842.093,87
		47	oblig.tribut.e contrib-op.intra-orcamentarias	30.978,81	30.608,68	370,13	30.608,68
		92	despesas de exercicios anteriores	101.928,40	101.928,40	0,00	101.928,40
4	Investimentos	93	indenizacoes e restituicoes	3.328,45	3.328,45	0,00	3.328,45
		51	obras e instalacoes - op.int.orc.	1.593.581,44	0,00	1.593.581,44	0,00
		52	equip.e material permanente - op.intra-orc.	321.422,92	210,00	321.212,92	210,00

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

2.4.7 – Indicadores Institucionais

Os indicadores abaixo relacionados são medidas que permitem a operacionalização e avaliação do grau de eficácia com que as metas almejadas pela SUEST-MS foram alcançadas, a partir de informações estruturadas de diversas fontes de dados.

Observando os valores apresentados do exercício anterior para o exercício vigente deste relatório, podemos concluir que os resultados alcançados demonstram que, os indicadores aqui apresentados tiveram uma considerável evolução no que diz respeito a execução física de anos anteriores apontando para uma gestão que embora tenha ocorrido de diversas dificuldades no exercício de 2011 conseguiu cumprir a missão de realizar ações de saneamento ambiental nos municípios promovendo a saúde pública e a inclusão social, afastando qualquer possibilidade de interrupção dessas ações que estavam em andamento e ainda a serem realizadas.

Esperamos conquistar em 2012 avanços na condução desses processos e melhorar ainda mais nossos indicadores, tendo ciência das nossas limitações operacionais, mas contando na completa transparência e no diálogo permanente com a equipe de colaboradores e parceiros.

Quadro XIII - Indicadores de saneamento ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{3}{49} \times 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	75,65%	6,12%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } > 30 \text{ e } < 70}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{37}{49} \times 100$					---	75,5%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{05}{49} \times 100$					7,83%	1,02%
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{03}{49} \times 100$					0,87%	0,61%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2011. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{10}{18} \times 100$	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	88,88%	55,5%
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } > 30 \text{ e } < 70}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{06}{18} \times 100$					---	33,3%
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	$\frac{02}{18} \times 100$					0	11,1%
		0	0					0	
Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2011	Medir o percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de aldeias com SAA} (*)}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{58}{63} \times 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	100%	92,06%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*Acumulado – 2007 a 2011)	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	$\frac{79}{59} \times 100$	Eficácia	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	70%	130,5%
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	0	Eficácia	Planilha de acompanhamento Programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP Suest	0,02%	00
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (* Acumulado – 2007 a 2011)	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (+)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{1}{9} \times 100$	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp)/Sensp) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP Suest	11,11%	11,11%
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (* Acumulado – 2007 a 2011)	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{Nº de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	$\frac{1080}{2439} \times 100$	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest	53,58%	44,3%

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS – Parte A, item 3, do anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

No quadro abaixo demonstraremos a movimentação e o saldo no exercício de referência deste Relatório das contas contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS						Valores em R\$ 1,00
Identificação da Conta Contábil						
Código SIAFI	Denominação					
Linha Detalhe						
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011	
		.				
Razões e Justificativas:						
NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO						

3.2 ANÁLISE CRÍTICA

Não houve ocorrência no período

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Parte A, item 4, do anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a pagar 31/12/2011	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a pagar 31/12/2011
2009	208.730,74	6.889,50	131.368,81	70.472,43	184.224,05	993,14	183.230,91	0,00
2010	3.680.595,24	288.431,32	3.322.189,92	69.974,00	302.529,38		302.529,38	-

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

As razões pelas quais a permanência de saldo de Restos a Pagar por mais de um exercício financeiro, ocorreu devido os serviços de engenharia ainda não terem sido concluídos até 31.12.2011.

Quanto aos inscritos em restos a pagar 2011, ocorreu devido a não conclusão do prazo de entrega do material ou a apresentação da documentação para realização da liquidação, situação esta que ocorrerá no 1º semestre de 2012.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS – Parte A, item 5, do anexo II da DN n°. 108, de 24/11/10

Para obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle uma análise crítica da UJ sobre a situação da sua gestão de recursos humanos será contemplado abaixo informações relativas a: 1.composição do quadro de servidores ativos; 2.composição do quadro de servidores inativos e pensionistas; 3.composição do quadro de estagiários; 4.custos associados a manutenção dos recursos humanos; 5.locação demão de obra mediante contratos de prestação de serviços; 6.indicadores

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Neste item será preenchido o quadro A.5.1 evidenciando o quadro de pessoal desta UJ, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira, baseados na Lei n°. 8.112/90 e suas alterações quanto aos conceitos e definições.

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/11				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	130	130	3	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	130	130	3	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	125	125	2	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	4	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários	3	3	0	1
3. Total de Servidores (1+2)	133	133	3	13

Fontes: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade Jurisdicionada

No quadro A.5.2 procuramos demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho da UJ. Com situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais.

QUADRO A5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	23
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	22 (lei 8270/91)
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	4
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0

3.4.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5.	A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4.	Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1.	Doença em pessoa da família	0
4.2.	Capacitação	0
5.	Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1.	Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2.	Serviço militar	0
5.3.	Atividade política	0
5.4.	Interesses particulares	3
5.5.	Mandato classista	0
6.	Outras situações (Especificar o ato normativo)	1 (lei 8213/91 – art 60)
7.	Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	35

Fonte: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Identificaremos através do quadro A.5.3 a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ. Este quadro tem como base o que foi apresentado no quadro A.5.1.

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)				
Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	7	7	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	7	7	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	5	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	2	2	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	16	16	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	16	16	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	23	23	0	0

Fonte: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

O Quadro A.5.4 a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da UJ. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos Quadros A.5.1 e A.5.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária.

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Proveniente de cargo efetivo	11	5	41	45	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	11	3	40	48	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	2	1	0	0
2. Proveniente de cargo em comissão	0	3	7	9	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	3	4	0
2.3. Funções gratificadas	0	3	4	5	2
3. Totais (1+2)	11	8	48	57	8

Fonte: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Para demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da UJ. O quadro A.5.5 segue estrutura semelhante às dos Quadros A.5.1 e A.5.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo o nível de escolaridade.

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	2	4	6	42	60	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	4	6	42	57	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	3	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	1	9	11	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	3	3	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	6	8	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	4	7	51	71	0	0	0

Fonte: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

A SUEST-MS detem responsabilidade pela gestão do “cadastro” de servidores inativos e pensionistas por quanto irá preencher os quadros A.5.6 e A.5.7 referente a composição do quadro de servidores inativos e dos instituidores de pensão.

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

O Quadro A.5.6 abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo, compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de referência, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12		
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	230	4
1.1 Voluntária	220	4
1.2 Compulsória	3	0
1.3 Invalidez Permanente	7	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	29	0
2.1 Voluntária	14	0
2.2 Compulsória	4	0
2.3 Invalidez Permanente	11	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	259	4

Fonte: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

O Quadro A.5.7 abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, devem ser informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

QUADRO A.5.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12		
Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	65	4
1.1. Integral	50	2
1.2. Proporcional	15	2
2. Em Atividade	76	1
3. Total (1+2)	141	5

Fonte: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIO

A SUEST-MS detem responsabilidade pela gestão do “cadastro” de estagiários por quanto irá preencher o quadro A.5.8 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

QUADRO A.5.8 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	29	43	45	41	88.845,95
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	29	43	45	41	88.845,95
2. Nível Médio	59	67	69	67	90.066,60
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	59	67	69	67	90.066,60
3. Total (1+2)	108	114	110	88	178.912,55

Fonte: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Neste Relatório de Gestão serão demonstrados os custos de pessoal por meio do quadro A.5.9 a seguir, onde serão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência deste relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES										Em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retri-buições	Gratifi-cações	Adicio-nais	Indeniza-ções	Benefícios Assistenciais e previden-ciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	4.119.570,15	0	3.362.518,67	121.832,33	698.796,04	232.955,58	16.048,18	0	59.031,32	8.610.752,27
	2010	12.781.807,10	0	11.639.552,66	862.279,32	2.715.624,08	696.118,52	15.057,87	32.791,00	158.694,43	28.901.924,98
	2009	16.276.989,90	0	16.843.938,46	1.027.770,34	1.860.625,16	855.912,12	9.743,49	0	339.925,15	37.214.904,62
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	263.590,00	0	0	0	13.072,00	0	0	0	0	276.662,00
	2010	281.980,00	0	0	0	14.182,26	0	0	0	0	296.162,26
	2009	232.520,99	0	0	0	5.717,44	0	0	0	0	238.238,43
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											

Exercícios	2011	88.401,75	289.215,78	10.265,64	0	4.731,80	0	0	0	0	392.614,97
	2010	146.954,94	306.945,28	18.259,56	0	14.595,50	0	0	0	0	486.755,28
	2009	165.238,92	294.291,73	20.654,86	0	8.717,92	0	0	0	0	488.903,43
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	0	0	59.706,22	0	0	0	0	0	0	59.706,22
	2010	0	0	77.124,22	0	0	0	0	0	0	77.124,22
	2009	0	0	79.268,21	0	0	0	0	0	0	79.268,21

Fonte: SEREH/FUNASA/SUEST-MS

5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada serão tratadas neste Relatório de Gestão considerando cinco quadros. O primeiro trata da quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos da unidade, o qual não se aplica a esta SUEST-MS; o segundo trata da relação dos empregados terceirizados substituídos, também não se aplica pois não houve realização de concurso público e/ou de provimento adicional autorizados para esta SUEST-MS; o terceiro contempla os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais, na mesma linha do quadro anterior não se aplica a SUEST-MS; o quarto trata dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; o quinto trata da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Os Quadros A.5.9 e A.5.10 não se aplicam a esta SUEST-MS.

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA					
Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
NÃO SE APLICA					
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS		
Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
NÃO SE APLICA		

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

O Quadro A.5.11 não se aplica a esta SUEST-MS.

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS		
Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores	Quantidade autorizada de servidores

	Número	Data
NÃO SE APLICA		

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

O Quadro A.5.12 abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício.

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual do Mato Grosso do Sul													
UG/Gestão: 255012/36211						CNPJ: 26.989.350/0526-98							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	(O)	Contrato nº. 11/2011	Idauri Carlos Azambuja - ME 11.300.140/0001-00	07/07/2011	07/07/2012							A
Observações: Não há exigência de nível de escolaridade: São 10 contratados, dentre esses, 01 tem a função de encarregado.													
2011	V	(O)	Contrato nº. 06/2011	Segura-Segurança Industrial, Bancária e de Valores Ltda 03.976.578/0001-76	15/03/2011	14/03/2011			5	5			A
Observações: Informo que o quantitativo foi calculado por posto de segurança.													
2011	V	(O)	Contrato nº. 07/2011	Segura-Segurança Industrial, Bancária e de Valores Ltda. 03.976.578/0001-76	15/03/2011	14/03/2012			23	23			*A
Observações: *Contrato ativo, porém, sub-rogado ao Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, a partir de 01/01/2012, em conformidade com o Decreto nº. 7.530/2011.													

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

O Quadro A.5.13 abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste Quadro os contratos relativos a Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.5.12 anterior.

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA													
Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Estadual do Mato Grosso do Sul													
UG/Gestão: 255012/36211						CNPJ: 26.989.350/0526-98							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	6-7-9-10-14	(O)	Contrato nº. 13/2011	Idauri Carlos Azambuja - ME 11.300.140/0001-00	18/07/2011	18/07/2012	2		33	33			A
Observações:													

2011	4	(O)	Contrato nº. 09/2011	Luger Serviços Ltda 07.562.469/0001-63	06/05/2011	05/05/2012			143	143			A
Observações:													
2011	6-7- 9-10- 14	(E)	Contrato nº. 08/2011	Guatós Comércio e Serviços Ltda.-ME 03.703.179/0001-98	14/04/2011	13/07/2011			33	33			E
Observações:													
2010	6-7- 9-10- 14	(O)	Contrato nº. 12/2010	Solução Prestadora de Serviços Gerais Ltda. 10.492.129/0001-18	26/03/2010	26/03/2011			33	33			E
Observações:													
2010	6-7- 9-10- 14	(O)	Contrato nº. 21/2010	Solução Prestadora de Serviços Gerais Ltda. 10.492.129/0001-18	13/09/2010	13/09/2011			68	68			E
Observações:													
Contrato rescindido em 08/06/2011.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Conservação e Limpeza;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
3. Vigilância;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
4. Transportes;													
5. Informática;													
6. Copeiragem;													
7. Recepção;													
8. Reprografia;													
9. Telecomunicações;													
10. Manutenção de bens móveis													
11. Manutenção de bens imóveis													
12. Brigadistas													
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
14. Outras													

Fontes: DIADM/SALOG/FUNASA/SUEST-MS

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Quadro XVII - Indicadores de gerenciais sobre recursos humanos

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
Percentual de servidores em exercício na FUNASA	Conhecer os servidores que atuam na instituição	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de servidores em exercício}}{\text{Total de servidores ativos}} \times 100$	$\frac{101}{133} \times 100$	Eficácia	Siape	Siape	DIADM/SEREH	83,75%	75,96%

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO – Parte A, item 6, do anexo II da DN nº. 108, de 24/11/10

Neste item procuramos buscar informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1. INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO

As informações supra-citadas serão estruturadas a seguir, de modo a se obter mediante o preenchimento de cinco (5) quadros, o detalhamento dos valores transferidos, bem como as ações destacadas para o controle e acompanhamento dessas operações.

6.1.1 Relação de instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

A SUEST não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades.

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA								Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
LEGENDA									
Modalidade:				Situação da Transferência:					
Convênio				Adimplente					
Contrato de Repasse				Inadimplente					
Termo de Parceria				Inadimplência Suspensa					
Termo de Cooperação				Concluído					
Termo de Compromisso				Excluído					
				Rescindido					
				Arquivado					

NÃO SE APLICA A SUEST-MS

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

A SUEST não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades.

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	NÃO SE APLICA A SUEST-MS					
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

A SUEST não faz transferências a outros Órgãos ou Unidades.

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					NÃO SE APLICA A SUEST-MS
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

6.2. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVENIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO CONTRATADOS DE REPASSE

Dando continuidade as informações com o detalhamento dos valores transferidos, bem como as ações destacadas para o controle e acompanhamento dessas operações, abaixo demonstraremos através do quadro A.6.4 a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essa modalidades.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.				Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26.989.350/0001-16			UG/GESTÃO: 255012/36211		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios A VENCER	Convênios VENCIDOS
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		3	
		Montante Repassado		3.574.996,45	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	14	
			Montante Repassado (R\$)	3.059.927,35	
2010	Contas NÃO prestadas	Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2009	Contas prestadas	Contas prestadas	Quantidade	19	
			Montante Repassado (R\$)	5.072.960,59	
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Contas NÃO prestadas	Quantidade	37	
			Montante Repassado (R\$)	9.410.556,55	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	78	
			Montante Repassado (R\$)		

obs: a funasa não celebrou em mato grosso do sul, termos de cooperação e contratos de repasse

Fonte: Equipe de Convênio/FUNASA/SUEST-MS

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

O quadro a seguir (A.6.5.) contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, esta UJ relacionou informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido.

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE				Valores em R\$ 1,00		
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE						
CNPJ: 26.989.350/0001-16			UG/GESTÃO: 255012/36211			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas			17	0	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		3	0	
		Montante repassado (R\$)		3.574.996,45	0	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		25	0
			Quantidade Reprovada		0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE		0	0
			Quantidade		16	0
Montante repassado (R\$)			3.624.998,36	0		
2010	Quantidade de contas prestadas			19	0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		28	0	
		Quantidade Reprovada		0	0	
		Quantidade de TCE		0	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0	
Montante repassado (R\$)		0	0			
2009	Quantidade de contas prestadas			37	0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		79	0	
		Quantidade Reprovada		0	0	
		Quantidade de TCE		0	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0	
		Montante repassado		0	0	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		78	0	
		Montante repassado				

6.3 ANÁLISE CRÍTICA

A quantidade de TCs celebrados a partir de 2007, está agora, em condições de paridade com o total de instrumentos vigentes na forma de Convênio, ou seja, atualmente, dos instrumentos vigentes, metade são convênios.

A coleta de dados do exercício de 2011 fica prejudicada em função da indisponibilidade das informações, pela Presidência. Até o exercício de 2011, os lançamentos dos pleitos devidamente enquadrados pelo DENSP, eram realizados no ambiente SISCON e disponibilizados às SUESTs para iniciar a análise técnica.

Até a presente data, as informações dos pleitos aprovados em 2011 não foram disponibilizados.

Os instrumentos celebrados em 2010 foram em maior número que o exercício anterior.

Os recursos liberados em 2011 foram em maior valor que ao exercício anterior.

Os acompanhamentos financeiros “in loco” e Pareceres Financeiros gerados em 2011 foram em menor número que o exercício de 2010.

Em 2011 ficamos sem os dois servidores que melhor tem conhecimento de convênios e prestação de contas e que atuavam como analistas financeiros.

Em 2011 fechamos com um passivo de 16 prestações de contas.

Em 2012, até então, não há indicação para autorização de viagens aos municípios, para a realização de acompanhamento financeiro “in loco”.

Em 2011 a Presidência descentralizou mais procedimentos administrativos para o SECON, os servidores lotados no recém-criado SOHAB-Setor de Celebração e Habilitação dentro do SECON-Serviço de Convênios, não foram capacitados para operar os sistemas e não se sentem aptos para trabalhar com a segurança que o conhecimento lhes proporcionaria, apesar de cursos serem incluídos na PAC-Programação Anual de Capacitação. Como elemento complicador, existe uma dificuldade natural dentro da instituição de se alocar recursos humanos para trabalhar no

SECON, pois a área de convênios sempre foi e é vista como uma área complicada e de muito trabalho e pouco retorno financeiro ao servidor.

Para dificultar um pouco mais, as obras do PAC 1 estão sendo concluídas neste semestre e a quantidade de prestações de contas para o final de 2012 deverá aumentar significativamente.

Resumindo, aumento da carga de trabalho, de responsabilidades, servidores que nunca tiveram contato com convênios e agora lotados no SOHAB sem capacitação, redução do número de servidores no SOPRE-Setor de Prestação de Contas, redução de acompanhamentos financeiros “in loco”, aumento do passivo de prestação de contas, expectativa de aumento do número de prestações de contas.

Concluimos nossa análise crítica com um quadro de redução da eficiência gerada em função dos elementos comentados anteriormente.

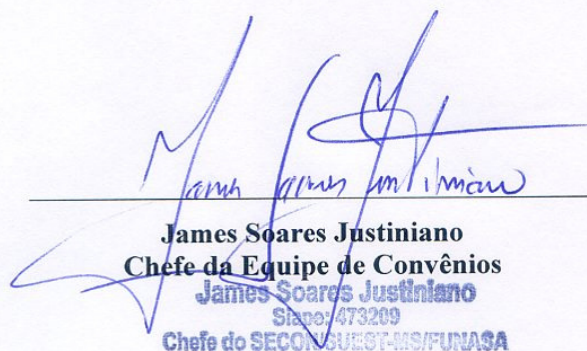
**7. DECLARAÇÃO ATESTANDO AS INFORMAÇÕES REFERENTES A
CONTRATOS E CONVÊNIOS – Parte A, item 7, do anexo II da DN n°. 108,
de 24/11/10**

7.1 DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, James Soares Justiniano, CPF. N°. 312.139.011-20, ocupante do cargo de Chefe do Setor de Convênio, exercido na Fundação Nacional de Saúde – Superintendencia do Estado de Mato Grosso do Sul, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Repasse e Termos de Parceria – SISCONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n°. 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores

Campo Grande, MS, 19 de 03 de 2012.


James Soares Justiniano
Chefe da Equipe de Convênios
James Soares Justiniano
CPF: 312.139.011-20
Chefe do SECON/QUEST/MS/FUNASA

8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS DE RENDA. – Parte A, item 8, do anexo II da DN nº. 108, de 24/11/10

Neste item será apresentada informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento, das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

Estas informações estão estruturadas da seguinte forma: O cumprimento das obrigações fixadas pela Lei nº 8.730/93 através de um Quadro, o qual especifica, dentro da classificação de cargos e funções obrigados pela referida Lei a entregar a DBR, a quantidade de pessoas submetidas à obrigação em cada um dos momentos: posse ou início do exercício na função ou cargo; fim do exercício de cargo; fim de exercício financeiro. Para cada uma desses momentos caracterizados pela Lei, foi apresentada a quantidade de pessoas submetidas à obrigação; a quantidade de pessoas que cumpriram a obrigação e a quantidade de pessoas que não cumpriram a obrigação.

8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Através do quadro A.8.1 será informado o conjunto de autoridades, servidores e empregados públicos obrigados a entregar a DBR, discriminando, para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º. Da Lei nº. 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR				
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	5	5	32
	Entregaram a DBR	5	5	32
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SREH/FUNASA/SUEST-MS

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

1 – DOS AGENTES E SERVIDORES OBRIGADOS

Dentre aquelas autoridades e servidores públicos elencados no Art. 1º da lei nº. 8.730/93, apenas compõem o efetivo funcional da Funasa-MS as descritas em seu inciso VII, abaixo transcrito, permanecendo a eles restrito o nosso controle da entrega de Declarações Anuais de Bens e Rendas:

Art. 1º É obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos adiante indicados:

...

VII - todos quantos exerçam cargos eletivos e cargos, empregos ou funções de confiança, na administração direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes da União.

2 – PROCEDIMENTO

No mês subsequente ao do envio da Declaração à Secretaria de Receita Federal, cujo prazo geralmente se encerra em Abril, o compete ao Serviço de Recursos Humanos (SERAH) o encaminhamento de memorando circular para que todos os ocupantes de função ou cargo comissionados entreguem uma via da declaração recém informada. Aqueles que tenham preenchido autorização especial de acesso descrita no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, entretanto, ficam dispensados da entrega anual:

Art. 3o Os agentes públicos de que trata este Decreto atualizarão, em formulário próprio, anualmente e no momento em que deixarem o cargo, emprego ou função, a declaração dos bens e valores, com a indicação da respectiva variação patrimonial ocorrida.

...

§ 2o O cumprimento do disposto no § 4o do art. 13 da Lei no 8.429, de 1992, poderá, a critério do agente público, realizar-se mediante autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações.

O controle de entrega das declarações, bem como da presença da referida autorização nos assentamentos funcionais dos servidores, é feito por meio de planilha informatizada. Anualmente, este documento é revitalizado para que sejam retirados ex-servidores ou servidores que requereram aposentadoria.

A guarda das Declarações é feita de modo indistinto dos demais documentos contidos nos assentamentos do servidor, vez que todos eles são de acesso controlado e monitorado.

3 – AÇÕES DO SEREH APÓS A ENTREGA DAS DECLARAÇÕES

Por ausência de amparo legal, o Serviço de Recursos Humanos apenas se obriga no recolhimento das Declarações, não fazendo qualquer análise ou crítica quanto às informações nelas contidas.

4 – DA AUSÊNCIA DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO

Quando decorrido o prazo concedido pelo Memorando Circular referido no Item 01, o Serviço de Recursos Humanos notifica a Controladoria Regional da União em Mato Grosso do Sul (CGU/MS) por meio de Ofício reservado para que sejam tomadas as providências cabíveis.

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ – Parte A, item 9, do anexo II da DN n°. 108, de 24/11/10

Com objetivo de demonstrar a estrutura de controles internos desta Superintendencia, de forma a evidenciar a suficiência desse controle para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência (compliance) às leis e regulamentos que a regem ou ao seu negócio, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano e a eficácia e eficiência de suas operações. A Informação será estruturada em um formulário previsto na Portaria 123/TCU e em seguida será feita considerações a respeito do informado

9.1 ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

Através do quadro A.9.1 que dispõe diversas afirmativas sobre os sistemas de controles internos das ações desta SUEST-MS, serão elencados os seguintes aspectos: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimento de controle, informação e comunicação e monitoramento.

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			

20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30.	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Considerações gerais:</p> <p>A estrutura sistematizada de controle interno da SUEST-MS considerando as questões levantadas como Código de Ética sua previsão normativa e participação dos servidores; manuais e outros instrumentos com normas e procedimentos; instrumentos de comunicação institucional; sistema de monitoramento e rotinas nas áreas de licitação, recursos humanos e patrimônio, faz necessário informar que:</p> <p>Com relação ao código de ética, o Decreto 1.171 de 22 de julho de 1994 e 6.029 de 1º de fevereiro de 2007, que aprovam e institui o sistema de gestão do Código de Ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal, são instrumentos normatizadores da organização da Comissão de Ética na FUNASA que é instituída através da Portaria nº. 149 de 16 de fevereiro de 2006, estabelecendo suas competências e seu funcionamento, bem como, fundamenta em seu anexo I o Código de Ética da FUNASA com suas diretrizes, objetivos, princípios e deveres. Encaminhamos em anexo a Portaria nº 1.168 de 9 de outubro de 2009, sendo a última portaria que designa os integrantes da Comissão de Ética da FUNASA.</p> <p>Considerando a questão levantada referente a manuais e outros instrumentos com normas e procedimentos, bem como abordando a comunicação institucional, informamos que a FUNASA possui intranet e comunicador interno, ambos instrumentos disponibilizados a todos os servidores, colaboradores internos e estagiários da FUNASA, o qual disponibiliza a normatização das diversas áreas; manuais; legislações; sistemas de informação; identidade visual; dentre outros.</p> <p>Com relação ao monitoramento das metas estabelecidas em Plano Operacional, a FUNASA utiliza o sistema PlamSUS – Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento das Ações do SUS, que permite o monitoramento das ações do Plano Operacional estabelecidas conforme o Plano Plurianual sob responsabilidade do Ministério da Saúde. O seu preenchimento obedece a prazos institucionais e as informações devem ser atualizadas periodicamente, tendo seu manual disponibilizado no próprio sistema pelo site HTTP://sisplam.saude.gov.br.</p> <p>Quanto a licitação, no exercício de 2008 foi ajustado internamente o fluxo dos Pedidos de Bens e Serviços através do memorando circular nº. 003/08 – DIADM/SUEST-MS orientando desde a abertura do processo até o encaminhamento ao SOMAT setor responsável pelo certame licitatório, esse considerará a modalidade de licitação e providenciará sua abertura observando as normativas contidas na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, bem como, encaminhará ao setor jurídico que fará a análise do edital, termo de referência e contrato quando houver.</p> <p>Quanto ao SOPAT, setor responsável pelo patrimônio da FUNASA/SUEST-MS é estabelecido em sua rotina para o controle dos bens permanentes as normativas do sistema ASI/SIAFI sistema utilizado pelo controle físico dos bens; termos de responsabilidade (disponível em intranet a todos servidores, colaboradores internos e estagiários) o qual tem os seus procedimentos estabelecidos na IN MARE 205/88; movimentação de bens normativas definidas em Ordem de Serviço 01/2003 e procedimentos na IN MARE N° 205/88 e saída temporária de bens os procedimentos que normatizam esta saída é encontrada na Ordem de Serviço nº 01/2004 (documentos em anexo).</p> <p>Por último, informo da existência do Sistema SCDWEB – Sistema de Controle de Documentos, sistema amplamente utilizado por servidores, colaboradores internos e estagiários da FUNASA como um todo e permite cadastrar todos os tipos de documentos desde despachos, memorandos a processos que tramitam pela FUNASA e registrar a movimentação dos mesmos, bem como possibilita a realização de consultas, emissão de guias e controles de malote.</p> <p>Observando todos esses apontamentos que de uma forma geral aclaram este texto, foi respondido o quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.</p>						
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>						

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – Parte A, item 10, do anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10

Este item contemplará informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Importante frisar que será considerado também a questão de gestão ambiental o que evidenciaremos a seguir.

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Através do quadro A.10.1 traz questões que serão avaliadas e comentadas segundo a concordância ou não com as afirmações apresentadas.

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>A SUEST-MS procurou quando coube, utilizar em seus Termos de Referência e Editais de Licitação o que dispõe em seu Artigo 05 da IN-01 de 19 de janeiro de 2010, quanto a critério de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviço.</p>			X		
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p> <p>A SUEST-MS procurou quando coube, utilizar em seus Termos de Referência e Editais de Licitação o que dispõe em seu Artigo 05 da IN-01 de 19 de janeiro de 2010, quanto a critério de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviço.</p>			X		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>A SUEST-MS procurou quando coube, utilizar em seus Termos de Referência e Editais de Licitação o que dispõe em seu Artigo 05 da IN-01 de 19 de janeiro de 2010, quanto a critério de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviço.</p>			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>A SUEST-MS procurou quando coube, utilizar em seus Termos de Referência e Editais de Licitação o que dispõe em seu Artigo da IN-01 de 19 de janeiro de 2010, quanto a critério de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviço.</p>			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>A SUEST-MS encaminhou um ofício para Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul S.A, solicitando a sua inclusão no Programa de Eficiência Energética, uma vez que este programa vem ao encontro das atuais ações adotadas por esta fundação, da aplicabilidade da A3P e das legislações pertinentes ao tema, como o Decreto nº4.131/2002 - que dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal, e a Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta, autárquica e fundacional.</p> <p>Na SUEST-MS, foram substituídas em setembro de 2011 nas salas da Salog e da Diadm as lâmpadas fluorescente, que utilizam reatores, são caras e necessitam de manutenção especializada, por lâmpadas eletrônicas, com potência adequada para o espaço físico do local e, levando em conta três fatores: a) economicidade de energia elétrica; b) iluminação satisfatória; e c) praticidade de manuseio. Dessa forma, após 4 meses será feito a avaliação desses dados para ser ter como base para as demais seção da SUEST/MS.</p>					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p>					X

<p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Caneta esferográfica tinta azul reciclada, fabricada com sobras de aparas de papel kráfty, detalhes: clip em madeira, base do clip e ponta em plástico biodegradável na cor preta. No ano de 2011 deu-se entrada no processo para a aquisição de papéis reciclados, sendo que a data para a realização da licitação esta marcada para 12/01/2012.</p>					
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> <p>As compras da frota de carro da FUNASA são realizadas pela Presidência em Brasília e a SUEST-MS não participa deste processo.</p>			X		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p> <p>A SUEST-MS procurou quando coube, utilizar em seus Termos de Referência e Editais de Licitação o que dispõe em seu Artigos da IN-01 de 19 de janeiro de 2010, quanto a critério de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviço.</p>		X			
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X		
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>A Comissão da Coleta Seletiva e o Serviço de Saúde Ambiental realizaram em 2011 o I Seminário sobre Coleta Solidária da Suest-MS, em 05 de maio de 2011, e a Palestra sobre reciclagem de papéis no Ambiente de Trabalho, em 21 de setembro de 2011, em comemoração ao dia da Árvore, onde abordou-se os assuntos diminuição de água e energia elétrica, entre outros.</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>A Comissão da Coleta Seletiva e o Serviço de Saúde Ambiental realizaram em 2011 o I Seminário sobre Coleta Solidária da Suest-MS, em 05 de maio de 2011, e a Palestra sobre reciclagem de papéis no Ambiente de Trabalho, em 21 de setembro de 2011, em comemoração ao dia da Árvore, onde abordou-se assuntos ligados a conscientização ambiental.</p>					X
<p>Considerações Gerais:</p> <p>1) A Comissão da Coleta Seletiva Solidária, através desta Presidente da Comissão, encaminhou a todos os setores, serviços e divisões da SUEST-MS, um Memorando Circular, em 17 de outubro de 2011, solicitando a impressão frente e verso, inclusive de documentos oficiais, com o objetivo de atender a A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, e a Portaria nº 61/2008, do Ministério do Meio Ambiente. Assim como, lembrando-os que a otimização do uso do papel pode ser exercida por meio do reaproveitamento de papéis inúteis para rascunhos, lembretes, anotações, entre outros usos e ainda por meio de impressões de frente e verso, que reduzem o uso de papel pela metade.</p> <p>2) A Comissão da Coleta Seletiva Solidária, através desta Presidente da Comissão, encaminhou um Memorando ao Gabinete, em 17 de outubro de 2011, solicitando que as próximas compras de papéis sejam total ou em parte de recicláveis, com o objetivo de atender a A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, e a Portaria nº 61/2008, do Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>3) Participação de técnicos do COMPL (Comissão Permanente de Licitação) e SESAM (Serviço de Saúde Ambiental) DEADM (Divisão de Administração) no Seminário sobre Licitações e Sustentabilidade Ambiental, realizada pela Escola da AGU e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, em 05 de agosto de 2011.</p> <p>4) Participação de técnicos da COMPL e ASPLAN da SUEST/MS em palestra no auditório da Receita Federal sobre Gestão Ambiental e Licitação Sustentável em 2011</p> <p>5) A SUEST-MS visando à redução do uso dos copos descartáveis realizou no ano de 2011 uma campanha para que cada servidor utilizasse canecas para consumir água e café dentro da instituição, assim como realizou licitação para aquisição de squeezes, canetas de porcelana, copos de polipropileno e copos de vidro para serem distribuídos a todos os servidores, colaboradores, estagiários e terceirizados da SUEST-MS, os quais serão distribuídos no próximo mês.</p> <p>A SUEST-MS vem adotando ações ligadas à sustentabilidade ambiental, tal como a separação dos lixos recicláveis na fonte geradora, parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande como ponto de coleta dos resíduos perigosos (pilhas, baterias, lâmpadas, óleos comestível) do Projeto de Coleta Seletiva.</p>					
<p align="center">LEGENDA</p> <p align="center">Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO – Parte A, item 10, do anexo II da DN n°. 108, de 24/11/10

Iremos demonstrar através de quadros a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros. Com o objetivo de analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Nos quadros A.11.1, A.11.2 e A.11.3, foram reunidas informações organizadas de forma a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade desta SUEST-MS, no final do exercício de 2010 e 2011, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF MS	19	20
	Município 01- AMAMBAI (**)	1	1
	Município 02- BELA VISTA (**)	2	2
	Município 03- CAMPO GRANDE (*)	2	2
	Município 04- CAARAPÓ (**)	1	1
	Município 05- CARACOL (**)	2	2
	Município 06- DOURADOS (*) (**)	1	2
	Município 07- GUIA LOPES DA LAGUNA(**)	1	1
	Município 08- JARDIM (**)	2	2
	Município 09- MIRANDA (**)	1	1
	Município 10- PARANAÍBA (**)	2	2
	Município 11- PORTO MURTINHO (**)	2	2
	Município 12- TACURU (**)	1	1
	Município 13- TRÊS LAGOAS	1	1
OBS: (*) – União (**) –Próprio/Funasa			
Subtotal Brasil		19	20
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		19	20

Fonte: SOPAT/FUNASA/SUEST-MS

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	F -MS		
	Campo Grande (sede)	01	01
	Sub-total	01	01
	F - MS		
	Campo Grande	01	
	Sidrolândia	01	
	Caarapó	01	01
	Bodoquena	01	
Amambai	01		

	Dourados	01	
	Paranhos	01	
	Brasilândia	01	01
	Tacuru	01	
	Bonito	01	01
	Antônio João	01	
	Iguatemi	01	
	Aquidauana	01	
	Corumbá	01	
	Miranda	01	
	Sub-total (DSEI)	15	03
Subtotal Brasil		16	04
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
cidade "n"			
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		16	04

Fonte: SALOG/FUNASA/SUEST-MS

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	RIP	Regime	Estado de Conserv.	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255012	9011.00039.500-0	Funasa/Proprio	3	84.827,55	18/05/2011	238.346,18	0,00	0,00
255012	9051.00275.500-2	7	3	1.010.358,73	11/06/2007	0,00	0,00	0,00
255012	9055.00016.500-6	Funasa/Próprio	1	3.600,00	22/12/2009	443.600,00	0,00	0,00
255012	9073.00151.500-9	Funasa/Próprio	3	944.811,19	12/09/2006	990.598,85	0,00	0,00
255012	9041.00034.500-4	5	3	273.704,68	15/04/2011	311.608,54	0,00	0,00
255012	9041.00036.500-5	5	3	28.071,79	15/04/2011	46.823,10	0,00	0,00
255012	9081.00013.500-9	5	3	45.685,01	13/05/2011	90.170,49	0,00	0,00
255012	9099.00017.500-3	5	3	350.338,11	08/04/2011	721.328,15	0,00	0,00
255012	9111.00021.500-8	Funasa/Proprio	1	30.887,44	30/12/2011	455.324,06	0,00	0,00
255012	9125.00029.500-1	5	3	43.975,43	05/05/2011	49.421,77	0,00	0,00
255012	9125.00031.500-2	08	3	10.800,00	05/05/2011	13.363,20	0,00	0,00
255012	9137.00140.500-9	5	5	48.358,46	11/05/2011	84.318,78	0,00	0,00
255012	9815.00011.500-0	Funasa/Proprio	1	40.000,00	04/03/2010	531.890,00	0,00	0,00
255012	9099.00021.500-5	5	3	8.928,38	06/05/2011	68.145,28	0,00	0,00
255012	9053.00011.500-2	5	4	70.603,99	15/04/2011	70.603,99	0,00	0,00
255012	9053.00009.500-1	5	4	109.507,14	15/04/2011	111.127,14	0,00	0,00
255012	9137.00150.500-3	5	4	193.999,54	05/05/2011	193.999,54	0,00	0,00
255012	91650024.500-7	5	3	716.662,09	05/05/2011	716.662,09	0,00	0,00
Total							0,00	0,00

Fonte: SOPAT/SUEST-MS

Análise crítica:

Existem 05 imóveis fora da UG da Funasa em decorrência da existência de algum impedimento para regularização a seguir relacionada:

01 – Imóvel da União Ocupado pelo Setor de Transportes e Almojarifados da Funasa, situado na Rua Américo Marques, nº 45- Em regularização Cessão de Uso para UG Funasa.

02 – Imóvel irregular, situado na Rua Generoso Siqueira nº 840, no município de Três Lagoas/MS, em fase de regularização.

03 – Imóvel irregular, situado na Rua Dr. Costa Marques nº 796 Bairro Florestal no Município de Porto Murtinho/MS, em fase de regularização.

04 – Imóveis irregular, situados na Rua Baldomiro Coenga, s/nº e na Avenida Duque de Caxias s/nº, no município de Caracol, regularização em andamento.

05- Total de imóvel 19 em razão da devolução do imóvel de Dourados (Coordenação de Vetores) para a União.

**12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO (TI) – Parte A, item 12, do anexo II da DN n°. 108, de
24/11/10**

Não se aplica a SUEST-MS, pois não possuímos contrato referente a TI.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO – Parte A, item 13, do anexo II da DN nº. 108, de 24/11/10

O objetivo deste item é obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de Cartões de Crédito Corporativo, de forma a possibilitar aos órgãos de controle a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados por essa modalidade de pagamento.

13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Aqui será demonstrado por intermédio de dois quadros a despesa com cartão de crédito por portador bem assim os valores limites estipulados para a UG e para os respectivos portadores, bem como a despesa com o Cartão de Crédito Corporativo consolidada da UJ, comparativa com os dois exercícios imediatamente anteriores. Para tanto serão utilizados os quadros A.13.1 e A.13.2.

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR			Valores em R\$ 1,00	
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms			
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude			
mês de referência	dezembro			
tipo de valor	saldo atual			
entidade	item de informação			
	fatura - cartão pagto gov. fed	sq cartão pagto gov federal		
0000000000191	banco do brasil sa	17.068,18		
10571272134	carlito crispim	2.924,30	9.250,00	
10788468120	raimunda colman rodrigues	1.059,32		
14013193191	emilio miranda freitas	7.682,31		
17511682120	ademar freire da silva	3.814,54		
17595150191	maria de jesus oliveira	1.121,27		
24948195120	pedro albino lopes	1.519,54		
27250695134	david pereira		13.310,00	
29471141168	maria aparecida da silva	11.436,66		
31232507172	edson amarildo da silva verao	1.247,13		
32599617120	roberto da silva e souza	4.708,86		
33849447120	abadio alves lima	2.503,32		
36593869104	vilmar carvalho de oliveira	3.388,75		
40353109134	gildo galindo ferreira	940,06	3.940,00	
41568699115	adalberto araujo correia	3.000,00	6.589,00	
43760686168	gilmar rodrigues	1.575,98	9.500,00	
46320822600	jose wilson domingues	930,00	15.340,00	

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (2009)			Valores em R\$ 1,00	
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms			
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude			
mês de referência	dezembro			
tipo de valor	saldo atual			
ug/gestão executora	item de informação			
	fatura - cartão pagto gov. fed	saque cartão de pag do gov. federal		
255012/36211	211.256,48	19.744,45		

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (2010)			Valores em R\$ 1,00	
ug executora	255012 fundacao nacional de saude - ms			
unidade orçamentária	36211 fundacao nacional de saude			
mês de referência	dezembro			
tipo de valor	saldo atual			
ug/gestão executora	item de informação			
	sq cartão pagto gov federal	fatura - cartão pagto gov. fed	saque cartão de pag do gov. federal	
255012/36211	25.878,00	147.308,58	17.068,18	

Fonte: CGPLA/PRESIDENCIA

**14. INFORMAÇÕES SOBRE RENUNCIA TRIBUTÁRIA – Parte A, item 14,
do anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10**

Este item não se aplica a natureza jurídica da UF.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU – Parte A, item 15, do anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10

Trataremos das deliberação emandas pelas SECEX Estaduais, sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento. Com o objetivo de demonstrar as providências adotadas pela Superintendencia para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou as recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) que fiscaliza a UJ ou as justificativas para o seu não cumprimento.

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA EM MATO GROSSO DO SUL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
NO EXERCÍCIO EM REFERENCIA NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES DO TCU PARA A SUEST-MS					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DA FUNASA EM MATO GROSSO DO SUL					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES PARA A UNIDADE NO EXERCICIO EM ANALISE					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Para elaboração das respostas do item 15.3, foi analisado o Plano de Providencia o qual apresenta constatações e recomendações emanadas pelo CGU/SECEX/Mato Grosso do Sul.

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

unidade jurisdicionada			
denominação completa:			código siorg
superintendencia estadual da funasa em mato grosso do sul			304
recomendações do oci			
recomendações expedidas pelo oci			
ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
01	201108828	registro 1	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			
descrição da recomendação:			
a unidade jurisdicionada – uj realizou, no exercício de 2010, apenas um processo licitatório sob a modalidade convite, cujo valor foi adjudicado por r\$80.912,07 -- convite nº 01/2010 (processo nº 25185.001574/2010-95), executado no âmbito do programa/ação 1287/7684 – saneamento rural/saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos. constatou-se, porém, que seu julgamento deu-se mediante apenas 02 propostas válidas, não se detectando no processo qualquer justificativa, quanto à limitação de mercado ou a manifesto desinteresse dos convidados, nos termos do art. 22 § 7º da lei nº 8.666/93, que impossibilitasse a obtenção de no mínimo de três propostas válidas, em afronta a súmula tcu nº 248:			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
comissão permanente de licitação			
síntese da providência adotada:			
o convite 01/2010 que teve por objeto contratação de empresa para prestar serviços de implantação do sistema de abastecimento de água na aldeia indígena cerroi – município de guia lopes da laguna foi inicialmente marcado para 15/06/2010 sendo que 03 empresas retiraram o edital e compareceram na abertura do certame, no entanto conforme parecer técnico n. 88/2010, a divisão de engenharia, se manifestou de forma a concluir que as concorrentes não atenderam os requisitos técnicos, inabilitando, desta forma todos os participantes. pela cpl foi emitida ata de abertura e julgamento das propostas, decidindo pela remarcação do certame, o que foi feito em 23/07/2010, sendo que apenas 02 empresas atenderam ao chamado, tudo conforme documentos constantes no anexo 1.			
síntese dos resultados obtidos			
a licitação em comento ocorreu de forma regular não havendo ilegalidades no certame.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
as providencias adotadas pelo setor ocorreram durante o certame, sendo o mesmo concluído dentro das normas legais editadas.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
02	201108828	registro 2	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
esta ação de controle visa a verificar se a unidade jurisdicionada - uj atualizou as informações dos contratos vigentes no exercício de 2010, em que ela figura como contratante, no sistema integrado de administração de serviços gerais – siasg, conforme estabelecido no § 3º do art. 19 da lei nº 12.309/2010. durante os trabalhos de auditoria, em comparação realizada entre os contratos informados no relatório de gestão com as informações constantes do siasg, detectaram-se 11 contratos e 4 cartas contrato sob vigência no exercício de 2010 sem registro no siasg, quais sejam: contratos nº 84/2006, nº 03/2007, nº 04/2007, nº 18/2007, nº 24/2007, nº 29/2007, nº 30/2007, nº 31/2007, nº 39/2007, nº 41/2007, nº 42/2007; e cartas contrato nº 01/2010, nº 02/2010, nº 03/2010, e nº 04/2010.			

providências adotadas	
setor responsável pela implementação	código siorg
divisão de administração - salog	
síntese da providência adotada:	
a unidade incluiu os mencionados contratos no siasg (11 contratos), no entanto as cartas contratos mencionadas não foram incluídas uma vez que o sistema não prevê tal opção.	
síntese dos resultados obtidos	
alimentação permanente do siasg.	
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
não foram detectados fatores que pudessem influenciar de forma negativa na adoção da providência.	

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
03	201108828	registro 3	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
falta de atualização no siasg dos valores referentes a 17 contratos.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
divisão de administração- salog			
síntese da providência adotada:			
com a finalidade de atender o registro em comento, esta suest buscou junto à presidência da funasa orientação para o total atendimento ao registro, no entanto, o entendimento é de que não há correções a serem efetuadas nos procedimentos adotados por esta regional.			
síntese dos resultados obtidos			
os resultados estão em aberto.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
persistindo o registro sugerimos o envio da recomendação ao órgão central da funasa.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
04	201108828	registro 4	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
irregularidades no pregão eletrônico nº 34/2009 visando a contratar empresa especializada em administração e gerenciamento de manutenção veicular preventiva e corretiva			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
divisão de administração- salog			
síntese da providência adotada:			
atendendo a recomendação da cgu, esta suest instaurou novo procedimento licitatório, utilizando-se das regras comumente adotadas para o tipo de serviço.			
síntese dos resultados obtidos			
os serviços estão sendo realizados na forma determinada pela cgu.os resultados estão dentro dos parametros previstos.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
não há fatores que facilitaram/prejudicaram a adoção das medidas adotadas, uma vez que os serviços continuam			

sendo executados.

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
05	201108828	registro 5	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
apresentação de atestado sem a realização de visita acompanhada por técnica da funasa/ms, ocasionando habilitação indevida e favorecimento a empresa vencedora do certame.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
gabinete superintendente			
síntese da providência adotada:			
foi instaurado processo administrativo disciplinar visando apurar responsabilidade da servidora mencionada. processo nº 25185.005.704/2011-40.			
síntese dos resultados obtidos			
registro atendido. responsabilidade apurada. servidora punida com pena de advertência.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
a instauração do procedimento disciplinar não ocorreu de imediato devido a falta de servidores qualificados e capacitados.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
06	201108828	registro 5	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
ausência de exigências de qualificação técnica na contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
divisão de administração			
síntese da providência adotada:			
atendendo a recomendação da cgu, esta suest instaurou novo procedimento licitatório, utilizando-se das regras comumente adotadas para o tipo de serviço, ressaltando que o mencionado pregão 64/2005 não estava em vigência à época do registro.			
síntese dos resultados obtidos			
foram adotadas as determinações da lei n. 8666/93, referentes ao modelo tradicional de licitação.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
ainda que esta suest entenda que o modelo de gestão que utilize tecnologia de cartão magnético por meio de redes de estabelecimento credenciados seja mais confiável e de menor custo, acatamos a recomendação da cgu e voltamos a adotar o modelo convencional de contratação.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
07	201108828	registro 7	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			

ausência de fiscalização física em instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2010.	
providências adotadas	
setor responsável pela implementação	código siorg
setor de convênios	
síntese da providência adotada:	
há na suest/ms reduzido número de servidores capacitados como analistas financeiros, o que sobrecarrega o setor causando atrasos nas análises financeiras das prestações de contas.	
síntese dos resultados obtidos	
ficou determinado que a prioridade do setor fosse para analisar e apresentar as prestações de contas já apresentadas.	
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
o reduzido número de servidores prejudica sobremaneira os trabalhos a serem executados .	

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
08	201108828	registro 8	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
atuação insuficiente e intempestiva da funasa/suest/ms na análise das prestações de contas de transferências voluntárias apresentadas.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
setor de convênios			
síntese da providência adotada:			
há na suest/ms reduzido número de servidores capacitados como analistas financeiros, o que sobrecarrega o setor causando atrasos nas análises financeiras das prestações de contas.			
síntese dos resultados obtidos			
ficou determinado que a prioridade do setor fosse para analisar e apresentar as prestações de contas já apresentadas.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
o reduzido número de servidores prejudica sobremaneira os trabalhos a serem executados .			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
09	201108828	registro 9	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
morosidade da funasa/suest/ms na identificação de situações e providências relativas às transferências voluntárias concedidas que exijam instauração de tomada de contas especial.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
setor de convênios			
síntese da providência adotada:			
há na suest/ms reduzido número de servidores capacitados como analistas financeiros, o que sobrecarrega o setor causando atrasos nas análises financeiras das prestações de contas.			
síntese dos resultados obtidos			
ficou determinado que a prioridade do setor fosse para analisar e apresentar as prestações de contas já apresentadas.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

o reduzido número de servidores prejudica sobremaneira os trabalhos a serem executados .

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
10	201108828	registro 10	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
<i>ausência de justificativas pertinentes para o não cumprimento de metas da ação 10ge.</i>			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
assessoria de planejamento			
síntese da providência adotada:			
as providencias estão contidas nos relatórios de subação em anexo.			
síntese dos resultados obtidos			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
11	201108828	registro 11	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			
descrição da recomendação:			
<i>ausência de justificativas pertinentes para o não cumprimento de metas da ação 20ag.</i>			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
assessoria de planejamento			
síntese da providência adotada:			
as providencias estão contidas nos relatórios de subação em anexo.			
síntese dos resultados obtidos			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
12	201108828	registro 12	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
<i>ausência de justificativas pertinentes para o não cumprimento de metas da ação 7652.</i>			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
assessoria de planejamento			
síntese da providência adotada:			

as providencias estão contidas nos relatórios de subação em anexo.
síntese dos resultados obtidos
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
13	201108828	registro 13	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			304
descrição da recomendação:			
ausência de justificativas pertinentes para o não cumprimento de metas da ação 7684.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
assessoria de planejamento			
síntese da providência adotada:			
as providencias estão contidas nos relatórios de subação em anexo.			
síntese dos resultados obtidos			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
14	201108828	registro 14	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			
descrição da recomendação:			
ausência de registros do inventário de bens (bombas submersas) no sistema patrimonial da unidade			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
divisão de administração- setor de patrimonio			
síntese da providência adotada:			
a unidade elaborou planilha onde estão relacionadas as bombas que compõem o patrimônio com sua respectiva identificação (número) e localização.			
síntese dos resultados obtidos			
controle e conhecimento da real situação dos bens (bombas submersas)			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
fator positivo é o controle da localização das bombas. fatos negativo é não operacionalização do sistema asi/web.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
15	201108828	registro 15	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			

descrição da recomendação:	
estrutura sistematizada de controle interno não identificada	
providências adotadas	
setor responsável pela implementação	código siorg
assessoria de planejamento	
síntese da providência adotada:	
a unidade.	
síntese dos resultados obtidos	
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
16	201108828	registro 16	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			
descrição da recomendação:			
03 servidores com registro de ocorrência de aposentaria no siape inconsistente com a portaria concessória do ato.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
serviço de recursos humanos			
síntese da providência adotada:			
a unidade informou e encaminhou documentos à cgu que comprovaram a legalidade das aposentadorias questionadas.			
síntese dos resultados obtidos			
a cgu acatou as justificativas apresentadas e comprovadas, concluindo que os pagamentos estão de acordo com legislação pertinente.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
não há fatores a serem analisados.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
17	201108828	registro 17	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			
descrição da recomendação:			
não disponibilização de documentação solicitada para a unidade, com restrição aos trabalhos de análise da área de gestão de recursos humanos.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
assessoria de planejamento			
síntese da providência adotada:			
a unidade informou à cgu que enquanto unidade regional não possui gestão sobre os questionamentos contidos no registro.			
síntese dos resultados obtidos			
justificativa acatada pela cgu			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

não há fatores a serem analisados.

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
18	201108828	registro 18	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			
descrição da recomendação:			
não cumprimento da jornada de trabalho prevista por servidor cedido com ônus para a funasa/ms.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
gabinete do superintendente regional			
síntese da providência adotada:			
em decorrência da unidade não possuir servidores suficientes para atuar em comissões disciplinares, foi designada a partir da presidência da funasa servidores de outras coordenações para conduzir processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor mencionado, o que foi feito com a emissão da portaria n. 78, de 22 de fevereiro de 2011, no entanto com a emissão do decreto n. 7446, de 1º de março de 2011, a comissão designada recebeu determinação de retornar à superintendência de origem.			
síntese dos resultados obtidos			
processo aguardando autorização da presidência da funasa para redesignar comissão.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
não autorização da presidência para deslocamento de comissões.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
19	201108828	registro 19	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			
descrição da recomendação:			
acumulação ilícita de cargo público e não cumprimento de jornada de trabalho - prejuízo ao erário.			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
gabinete do superintendente regional			
síntese da providência adotada:			
a unidade notificou o servidor mencionado para redução de carga horária, sendo que atualmente o servidor possui vínculo com a funasa de 20hs/semanais, tudo conforme documentos encaminhados à cgu. os demais vínculos mencionados não foram constatados por esta suest, sendo que para comprovação dos demais vínculos se faz necessário deslocamentos de servidores ao município de jardim para instauração de procedimento administrativo, no entanto com a edição do decreto n. 7446, de 1º de março de 2011, não houve autorização para deslocamento de servidores ao município de jardim, local onde reside o servidor.			
síntese dos resultados obtidos			
aguardando autorização para designação e deslocamento de comissão.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
não autorização da presidência para deslocamento de comissões.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
20	201108828	registro 20	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg

superintendencia estadual da funasa	
descrição da recomendação:	
ausência de controles acerca da entrega de cópias das declarações de bens e rendas exigida pela lei nº 8.730/93 (ou das autorizações para acesso eletrônico das declarações).	
providências adotadas	
setor responsável pela implementação	código siorg
serviço de recursos humanos	
síntese da providência adotada:	
a unidade providenciou as declarações mencionadas, assim como adotou providências para que as declarações de bens sejam entregues tempestivamente, o que vem ocorrendo, conforme documentos encaminhados à cgu.	
síntese dos resultados obtidos	
declarações de bens e rendas entregues tempestivamente.	
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
as providencias adotadas facilitaram o acesso do rh às declarações de todos os servidores.	

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

ordem	identificação do relatório de auditoria	item do ra	comunicação expedida
21	201108828	registro 21	sa 201108828-30
órgão/entidade objeto da recomendação			código siorg
superintendencia estadual da funasa			
descrição da recomendação:			
fragilidade nos controles relativos às informações contidas no spinet sobre bens de uso especial da união sob responsabilidade da unidade			
providências adotadas			
setor responsável pela implementação			código siorg
divisao de administração – setor de patrimonio			
síntese da providência adotada:			
a unidade em conjunto com o spu esta organizando base de dados em que os imóveis sejam registrados. em mato grosso do sul estão regularizados 19 imóveis todos com valores atualizados, conforme documentos enviados à cgu.			
síntese dos resultados obtidos.			
regularização de todos os imóveis.			
análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
as providencias adotadas atenderam a recomendação da cgu, assim como organizou a base de dados referentes aos imóveis.			

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Descrição da Recomendação:	
NÃO HOUVE DELIBERAÇÕES PARA A UNIDADE NO EXERCÍCIO EM ANÁLISE	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

**16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES
REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO – Parte A, item
1, do anexo II da DN n°. 108, de 24/11/10**

**16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA
ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.**

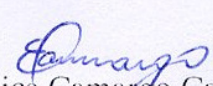
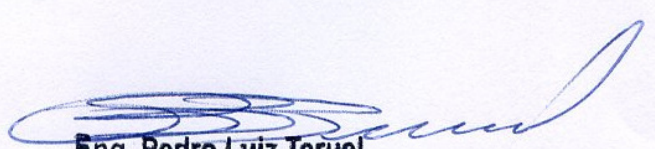
**16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA
PENDENTES DE ATENDIMENTO.**

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	NO EXERCÍCIO DE 2011 A AUDITORIA FOI REALIZADA NO MÊS DE NOVEMBRO E ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI APRESENTADO RELATÓRIO DE AUDITORIA
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: ASTEC/SUEST-MS

**17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO – Parte B, item 1, do anexo
II da DN n.º. 108, de 24/11/10**

**17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA															
Denominação completa (UJ)			Código da UG												
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Mato Grosso do Sul			255012												
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <table border="0"> <tr> <td>RESTRICAO</td> <td>TITULO</td> </tr> <tr> <td>101</td> <td>FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB</td> </tr> <tr> <td>102</td> <td>SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB</td> </tr> <tr> <td>104</td> <td>SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.</td> </tr> <tr> <td>163</td> <td>SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</td> </tr> <tr> <td>951</td> <td>FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO</td> </tr> </table> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				RESTRICAO	TITULO	101	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB	102	SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB	104	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.	163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.	951	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO
RESTRICAO	TITULO														
101	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB														
102	SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB														
104	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.														
163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.														
951	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO														
Local	Brasília-DF.	Data	25/01/2012												
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC n.º	4763												
Ordenador de Despesas	 Eng. Pedro Luiz Teruel Superintendente Estadual FUNASA/SUEST-MS														

18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA – Parte B, item 2, do anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS – Parte B, item 3, do anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL – Parte B, item 4, do anexo II da DN n.º. 108, de 24/11/10

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

CONCLUSÃO

Com as ações e investimentos da SUEST-MS, cumprimos no exercício de 2011 sistematicamente a nossa missão de realizar ações de saneamento ambiental nos municípios e, promovendo a saúde pública e a inclusão social.

Para afastarmos qualquer possibilidade de interrupção dessas ações que estavam em andamento e ainda a serem realizadas, apostamos na completa transparência na condução de processos, bem como, no diálogo permanente com a equipe de colaboradores e parceiros e na austeridade e responsabilidade com os recursos públicos, bem como os órgãos de controles internos e externos.

É importante ainda, salientar a indispensável e imprescindível busca por parcerias com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Bancada Federal e Prefeituras, parceiros esses, que em momento algum se furtaram das nossas solicitações e nos permitiu atingir nossos objetivos e obter melhorias na qualidade de vida de toda a população de nosso estado.

Em 2012, pretendemos avançar e melhorar ainda mais nossos indicadores. Temos ciência das nossas limitações operacionais e das dificuldades que poderão surgir, porém, continuaremos apostando no apoio irrestrito de nossos parceiros, na responsabilidade de nossos gestores e no comprometimento e criatividade da nossa equipe para superar desafios e obter resultados positivos.

FUNASA



Ministério da
Saúde

